

Veículo: Site A Tarde	
Data: 17/11/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Notícias

Bahia

Ter , 17/11/2020 às 17:20 | Atualizado em: 17/11/2020 às 18:28

Sefaz suspende 18 mil empresas suspeitas de irregularidades fiscais

Da Redação



Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo Centro de Monitoramento On-line (CMO) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

O CMO da Sefaz-Ba, criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

“As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirmou o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

“[A Sefaz] acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas”, disse o gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-BA, César Furquim.

Nova realidade

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes, dentro do processo de reestruturação deflagrado no início de 2019 para adequar a área de Administração Tributária da Sefaz-Ba às transformações no planejamento e na execução da fiscalização motivadas pela nova realidade dos documentos fiscais digitais eletrônicos.

“O objetivo das mudanças é intensificar o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia”, citou o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 17/11/2020	



SEFAZ-BA SUSPENDE 18 MIL EMPRESAS IRREGULARES



17 Novembro, 2020

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo Centro de Monitoramento On-line (CMO) da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

Criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, o CMO da Sefaz-BA tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

No processo de monitoramento executado pelo CMO, assim que são identificados indícios de fraude fiscal a empresa suspeita é tornada inapta o mais rápido possível, por intermédio do bloqueio imediato da inscrição estadual. “As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

De acordo com gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-BA, César Furquim, com o monitoramento em tempo real, a Sefaz “acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas”.

O montante movimentado de forma fraudulenta é grande, diz Furquim. “Muitas vezes vemos uma empresa de outro estado emitir dezenas de notas fiscais para um mesmo destinatário, o que demonstra claramente que existe um conluio entre fornecedor e comprador”, explica.

Veículo: bahia.ba	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



Sefaz suspende 18 mil empresas suspeitas de irregularidades fiscais

Adotado há cinco anos, monitoramento on-line contabiliza R\$ 700 milhões em autos de infração gerados

Redação



Foto: Camila Souza/GOVBA

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes digitais contra o fisco estadual tiveram seus cadastros suspensos pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Bahia). A ação resulta do Centro de Monitoramento On-line, criado em 2015, visando combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital.

O CMO mira irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo centro subsidiam as inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões contra estas empresas irregulares.

Com o CMO, a Sefaz-BA acompanha mais de perto a movimentação financeira de a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS. “As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

quarta-feira, 18 de novembro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Monitoramento on-line da Sefaz-Ba suspende 18 mil empresas irregulares

Ao combater a atuação dos “hackers fiscais”, a Sefaz-Ba contabiliza 700 milhões em autos de infração em cinco anos, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos

Ascom Sefaz , Salvador | 17/11/2020 às 19:59

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo Centro de Monitoramento On-line (CMO) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba). Criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, o CMO da Sefaz-Ba tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

No processo de monitoramento executado pelo CMO, assim que são identificados indícios de fraude fiscal a empresa suspeita é tornada inapta o mais rápido possível, por intermédio do bloqueio imediato da inscrição estadual. “As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

De acordo com gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-Ba, César Furquim, com o monitoramento em tempo real, a Sefaz “acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas”. O montante movimentado de forma fraudulenta é grande, diz Furquim. “Muitas vezes vemos uma empresa de outro estado emitir dezenas de notas fiscais para um mesmo destinatário, o que demonstra claramente que existe um conluio entre fornecedor e comprador”, explica.

Nova realidade

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes, dentro do processo de reestruturação deflagrado no início de 2019 para adequar a área de Administração Tributária da Sefaz-Ba às transformações no planejamento e na execução da fiscalização motivadas pela nova realidade dos documentos fiscais digitais eletrônicos.

“O objetivo das mudanças é intensificar o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia”, afirma o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, lembrando que a Sefaz-Ba acaba de lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais.

Veículo: Acorda Cidade	
Data: 18/11/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 18/11/2020 07h49.

Monitoramento on-line da Sefaz-BA suspende 18 mil empresas irregulares

As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

Mudar o tamanho da letra: **A+** **A-**



Fotos: Pedro Moraes/GOVBA
Acorda Cidade

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos

últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo Centro de Monitoramento On-line (CMO) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA).

Criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, o CMO da Sefaz-BA tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

No processo de monitoramento executado pelo CMO, assim que são identificados indícios de fraude fiscal a empresa suspeita é tornada inapta o mais rápido possível, por intermédio do bloqueio imediato da inscrição estadual. “As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

PUBLICIDADE

De acordo com gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-BA, César Furquim, com o monitoramento em tempo real, a Sefaz “acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas”.

O montante movimentado de forma fraudulenta é grande, diz Furquim. “Muitas vezes vemos uma empresa de outro estado emitir dezenas de notas fiscais para um mesmo destinatário, o que demonstra claramente que existe um conluio entre fornecedor e comprador”, explica.

Nova realidade

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes, dentro do processo de reestruturação deflagrado no início de 2019 para adequar a área de Administração Tributária da Sefaz-BA às transformações no planejamento e na execução da fiscalização motivadas pela nova realidade dos documentos fiscais digitais eletrônicos.

“O objetivo das mudanças é intensificar o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia”, afirma o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, lembrando que a Sefaz-Ba acaba de lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 17/11/2020	



Monitoramento on-line da Sefaz-BA suspende 18 mil empresas irregulares

17 novembro 2020



Fotos: Pedro Moraes/GOVBA

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo Centro de Monitoramento On-line (CMO) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA).

Criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, o CMO da Sefaz-BA tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

No processo de monitoramento executado pelo CMO, assim que são identificados indícios de fraude fiscal a empresa suspeita é tornada inapta o mais rápido possível, por intermédio do bloqueio imediato da inscrição estadual. “As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

De acordo com gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-BA, César Furquim, com o monitoramento em tempo real, a Sefaz “acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas”.

O montante movimentado de forma fraudulenta é grande, diz Furquim. “Muitas vezes vemos uma empresa de outro estado emitir dezenas de notas fiscais para um mesmo destinatário, o que demonstra claramente que existe um conluio entre fornecedor e comprador”, explica.

Nova realidade

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes, dentro do processo de reestruturação deflagrado no início de 2019 para adequar a área de Administração Tributária da Sefaz-BA às transformações no planejamento e na execução da fiscalização motivadas pela nova realidade dos documentos fiscais digitais eletrônicos.

“O objetivo das mudanças é intensificar o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia”, afirma o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, lembrando que a Sefaz-Ba acaba de lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 18/11/2020	Página: 02

Tribuna

VLT

Durante sessão plenária realizada ontem, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) decretou, por unanimidade, a extinção de uma medida cautelar que suspendia os efeitos da concorrência aberta para viabilizar a construção do Veículo Leve de Transporte (VLT). Mesmo não tendo efeito prático — já que à época o Governo da Bahia entrou com um mandado de segurança que garantiu, por liminar, o andamento do processo e a consequente assinatura do contrato de parceria público-privada —, a medida reforça a segurança jurídica da ação.

Repercussão

Para o procurador-geral do Estado, Paulo Moreno Carvalho, a decisão do TCE evidencia seu compromisso com as políticas públicas que visem o desenvolvimento do Estado da Bahia e o benefício da população de menor poder aquisitivo, que, neste caso, disporá de um sistema moderno, com maior segurança e conforto. “Embora a referida decisão aparentemente não altere a situação atual da concessão, ela inegavelmente empresta maior grau de segurança jurídica ao contrato, resolvendo uma questão procedimental importante, sem embargo da garantia do pleno exercício das medidas auditoriais. Louvo, portanto, a participação nesta votação, indistintamente, de todos os senhores Conselheiros”, conclui Paulo Moreno.

Veículo: Política Livre	Caderno: Bahia
Data: 17/11/2020	



TCE extingue medida cautelar contra concorrência para construção do VLT em Salvador

bahia

Durante sessão plenária realizada nesta terça-feira (17), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) decretou, por unanimidade, a extinção de uma medida cautelar que suspendia os efeitos da concorrência aberta para viabilizar a construção do Veículo Leve de Transporte (VLT).

Mesmo não tendo efeito prático — já que à época o Governo da Bahia entrou com um mandado de segurança que garantiu, por liminar, o andamento do processo e a consequente assinatura do contrato de parceria público-privada — a medida reforça a segurança jurídica da ação.

Para o procurador-geral do Estado, Paulo Moreno Carvalho, a decisão do TCE evidencia seu compromisso com as políticas públicas que visem o desenvolvimento do Estado da Bahia e o benefício da população de menor poder aquisitivo, que, neste caso, disporá de um sistema moderno, com maior segurança e conforto.

“Embora a referida decisão aparentemente não altere a situação atual da concessão, ela inegavelmente empresta maior grau de segurança jurídica ao contrato, resolvendo uma questão procedimental importante, sem embargo da garantia do pleno exercício das medidas auditoriais. Louvo, portanto, a participação nesta votação, indistintamente, de todos os senhores Conselheiros”, conclui Paulo Moreno.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

COVID-19 De março a setembro, o faturamento do setor registrou queda de 44%, comparado ao mesmo período de 2019, de acordo com a Fecomércio-SP

Turismo brasileiro deixa de faturar R\$ 41 bi na pandemia

Raphael Müller / Ag. A TARDE / 26.6.2020



Farol da Barra, um dos principais pontos turísticos de Salvador: pesquisa indica retração do setor no país

BRUNO BOCCHINI

Agência Brasil, São Paulo

O setor do turismo brasileiro deixou de faturar R\$ 41,6 bilhões desde o início da pandemia de Covid-19, considerando os meses de março a setembro. O montante representa uma queda de 44% no faturamento do setor em comparação ao mesmo período do ano passado. Os dados, divulgados ontem, são da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP).

Em setembro, o faturamento das empresas do setor (R\$ 8,6 bilhões) foi 37,6% menor do que o mesmo mês de 2019 — o que significa uma retração de R\$ 5,2 bilhões no faturamento. Esse é

o pior resultado do turismo para setembro desde o início da série histórica, em 2011.

“Ao contrário de setores como o comércio e os serviços, em recuperação desde o início do segundo semestre do ano, o turismo não apresenta sinais de retomada. Até por isso a necessidade de uma expansão da

“É importante que os empresários mantenham os canais digitais”

FECOMÉRCIO-SP, em nota

oferta de crédito para as empresas do setor, principalmente por meio de ajuda de programas do governo”, destaca a Fecomércio-SP em nota.

Segundo a entidade, a retração do turismo em setembro foi liderada pelo setor de transporte aéreo, que faturou 64,6% a menos do que no mesmo mês de 2019. O resultado, no entanto, é menos pior que os registrados em agosto (-68,8%) e julho (-78,1%).

Atividades

A Fecomércio-SP destaca que também caíram expressivamente, em setembro, os faturamentos dos agentes de hospedagem e alimentação (-37,3%) e de atividades culturais, esportivas e re-

creativas (-24,4%).

“É importante que os empresários mantenham os canais digitais ativos desde já, não apenas para ofertar pacotes e destinos, mas também para que os clientes tenham uma comunicação clara dos novos protocolos de segurança do turismo”, recomenda a Fecomércio-SP.

A entidade também ressalta que muitos turistas procuram por locais com flexibilidade de cancelamento ou remarcação, e possibilidades de reembolsos. “Adaptar as reservas e os fluxos a esta especificidade do mercado representa uma vantagem significativa para agora e para o cenário pós-pandemia”, recomenda a entidade.

POLÍTICA

“Emprego vai crescer em 2021”, afirma secretário

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O secretário de política econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou ontem que o emprego vai crescer em 2021, puxado pelo setor de serviços. Sachsida destacou que ainda existem R\$ 110 bilhões de recursos a serem injetados na economia por meio do restante de pagamentos do auxílio emergencial e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

“O emprego vai crescer em 2021. Os dados são muito claros: o grosso do desemprego está vindo do setor informal. A medida que o setor de serviços retoma, rapidamente volta a contratar, à medida que o distanciamento social diminui, rapidamente tem a contratação de informais”, disse Sachsida, em entrevista coletiva virtual para apresentar o boletim MacroFiscal da secretaria.

Sachsida disse ainda que o governo tem trabalhado para reduzir os custos da contratação formal. De acordo com o secretário, para cada

R\$ 1 mil pago em salários, o empregador tem custos de R\$ 1,8 mil.

“Quer dizer que o trabalhador recebe pouco, e o empregador paga muito. Enquanto sociedade, vamos ter que endereçar essa questão. Há várias frentes para diminuir a burocracia, o custo de contratação no Brasil”.

Ele ressaltou que é preciso fazer escolhas, como dar aos trabalhadores o direito de escolher se querem trabalhar no domingo à noite, por exemplo. “Vamos ter que devolver ao trabalhador o seu inalienável direito de escolher para quem e quando trabalhar. Se ele quer trabalhar, deixa ele em paz”, argumentou.

R\$ 110 bi

de recursos, segundo Sachsida, ainda estão disponíveis para ser injetados na economia por meio do restante de pagamentos do auxílio emergencial e FGTS

EXPECTATIVA

Presidente do BC prevê melhora na economia

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que as previsões para a economia brasileira em 2020 e em 2021 poderão ser revistas para melhor, se for confirmado o crescimento no terceiro trimestre deste ano.

Campos Neto lembrou que o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) cresceu 9,47% no terceiro trimestre deste ano, na comparação com o segundo trimestre.

Para o presidente do BC, há melhora nas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) para este ano. E essa melhora pode influenciar também o resultado para 2021. “O terceiro trimestre vai ser muito importante para determinar a velocidade dessa revisão [nas projeções]”, disse Campos Neto, na abertura do 10º Congresso Internacional de Gestão de Riscos, organização pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Campos Neto lembrou que o IBC-Br cresceu 9,47% no terceiro trimestre

Sobre a pandemia de Covid-19, Campos Neto destacou que houve “grande explosão” no número de casos diários, principalmente na Europa. Ele citou os recordes de casos recentemente nos EUA — “talvez um reflexo do processo eleitoral”.

Segundo Campos Neto, é preciso estudar o “custo benefício” dessas novas medidas para estimular o distanciamento social, que, em sua opinião, têm sido pouco efetivas. “Tem um ponto cultural, principalmente entre os jovens que, por uma razão ou outra, estão cansados e não estão seguindo [as recomendações]. Acho que valeria um estudo de custo benefício”, enfatizou.



A importância da reforma administrativa para a economia brasileira

Apresentada recentemente ao Congresso Nacional, a proposta de reforma administrativa nasce com a promessa de tornar a máquina pública mais dinâmica, eficiente e moderna. Chamada de PEC da Nova Administração Pública (PEC 32/2020), a proposta altera 27 trechos da Constituição, além de trazer outros 87 novos. Entre as medidas tratadas no documento estão a contratação, remuneração e o desligamento de funcionários, válidas somente para quem entrar no setor público após a aprovação das mudanças.

Entretanto, mais do que uma reforma administrativa, é importante pensar em grandes mudanças para a gestão política das questões públicas, a partir da proposição de caminhos para a elevação da capacidade de investimento do Estado, aumento da eficiência da administração pública, que garantam mais qualidade para os serviços prestados ao cidadão.

Conduzida pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, em 1998, a Emenda Constitucional nº 19 foi a última mudança ampla proposta para o regime público brasileiro. Mais de 20 anos depois, poucas de suas propostas saíram do papel, alguns problemas se aprofundaram e novas questões vieram à tona. Com isso, torna-se necessário balancear a qualidade do serviço público com a satisfação da sociedade.

Enquanto representante das classes produtivas da Bahia e visando reforçar sua função social, a Associação Comercial da Bahia (ACB) anseia pelo surgimento de uma verdadeira reforma administrativa, que deve ser resultado de amplos debates sociais, enquanto Política de Estado. A fomentação dessa discussão, em âmbito estadual, passará a ser feita pela Casa a partir de um grupo criado com os representantes jurídicos de diversas entidades do setor econômico, como Fecomércio, Fieab, Fieb, CDL, Ademi e Lide. De acordo com o coordenador do Núcleo Jurídico da ACB, Paulo Cavalcanti, a ideia é que essas instituições se unam para discutir um tema de interesse comum para elas e também para o país.

A partir de hoje, uma nova temporada de Encontros Integrados para Tomada de Decisão dará foco à reforma administrativa brasileira. Semanalmente, estão reunidos grandes nomes do universo jurídico, administrativo, político e acadêmico, através da Plataforma Zoom, sempre às 19 horas, buscando debater e formular propostas que auxiliem este importante momento para o futuro do Brasil.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Dólar tem menor valor em 2 meses

Em mais um dia de euforia no mercado financeiro, o dólar fechou no menor valor em dois meses, influenciado pelo cenário internacional e pela indicação de que o Banco Central (BC) pode aumentar as intervenções no câmbio. A bolsa de valores subiu pela terceira sessão seguida, encerrando no maior nível desde o fim de fevereiro. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,33, com recuo de R\$ 0,107 (-1,97%). Foi

a terceira sessão consecutiva de queda. No início das negociações, a cotação operou, em R\$ 5,42, em leve baixa, mas desabou. Na mínima do dia, por volta das 14h30, a divisa chegou a ser vendida a R\$ 5,32. Além das notícias de avanços nas pesquisas sobre a vacina contra a Covid-19, o mercado foi influenciado por comunicado divulgado segunda pelo BC, sobre a rolagem (renovação) de contratos de swap cambial.

Shopping Barra antecipa ofertas

O Shopping Barra, este ano, decidiu antecipar e estender o período de promoções do mês de novembro e adotar o Barra Friday, que acontece de hoje até o dia 29. Desta forma, os clientes terão mais opções de horário e tranquilidade para aproveitar os descontos em itens de vestuário, acessórios, decoração, eletrodomésticos, móveis, entre outros. Para ajudar na seleção de produtos, algumas influencia-

doras digitais farão os “achadinhos” com as melhores oportunidades de compras, para serem postadas nas redes sociais do Barra. Entre elas, a influencer Thyza Ferreira, que também estrela a campanha “#Vem pro Barra”. “Seguindo um movimento do segmento varejista, neste ano, decidimos antecipar a nossa campanha”, explica Karina Brito, gerente de marketing do Shopping Barra.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● Acredito que o Republicanos conseguiu crescer de forma muito positiva no estado, mesmo nesse momento delicado. Foram nove prefeitos, 19 vices e 177 vereadores na Bahia **Márcio Marinho**

Deputado federal e presidente estadual do partido, ao comentar o desempenho da legenda na sucessão

Trio do futuro

Embora o prefeito eleito de Salvador mantenha sigilo sobre a equipe que irá compor o secretariado do Palácio Thomé de Souza a partir de janeiro, três nomes despontam como futuros integrantes do primeiro escalão de Bruno Reis (DEM) na bolsa de apostas. Secretário da Casa Civil do prefeito ACM Neto, Luiz Carreira deve continuar no cargo, segundo apurou a Satélite. Além da vasta experiência em administração pública, Carreira tem o aval de Neto para tocar a pasta, que pertence ao núcleo estratégico da prefeitura. Braço-direito e um dos mais leais auxiliares de Bruno Reis, Igor Dominguez é cotado para chefiar o Gabinete do novo prefeito. Hoje, comanda a Fundação Paulo Jackson, entidade que controla a TV da Assembleia Legislativa.

FORA DA TURMA

Outro nome que surge com força no páreo é o chefe da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) na Bahia, Maurício Carvalho. Indicado por Neto, Carvalho entrou de imediato na lista de Bruno Reis, mas o posto reservado para ele ainda não foi decidido.

Altos e baixos

Dos 26 vereadores reeleitos na capital, apenas seis conseguiram este ano somar mais votos do que na eleição passada. Luiz Carlos (Republicanos), primeiro lugar na corrida pela Câmara Municipal, saltou de 16.530 votos em 2016 para 17.035; Ireda Silva, também do Republicanos, passou de 11.888 para 12.098; Alexandre Aleluia (DEM) foi de 8.941 para 10.154, o maior aumento de todos; Hélio Ferreira (PCdoB) cresceu de 8.419 para 8.638; Sidinho (Podemos), de 6.812 para 6.997; e Marta Rodrigues (PT) pulou de 6.646 para 7.271.

Dano colateral

A queda na votação dos demais vereadores reeleitos foi atribuída por líderes de bancada na Casa à alta abstenção em Salvador, especialmente, na classe média. O que explicaria ainda a derrota de candidatos à reeleição considerados fortes, como Aladilce (PCdoB) e José Trindade (PSB).

Carta na manga

Presidente do PSB baiano, a deputada Lídice da Mata ganhou gás no duelo pelo poder na sigla e por espaço no governo estadual. Dos 30 prefeitos eleitos do PSB, 14 são seus aliados diretos.

Salto em altura

Na contramão da tendência de ritmo desacelerado no consumo do varejo, a Bahia teve a segunda maior alta percentual de vendas no Nordeste em outubro, com 5%, aponta o IGet, indicador que mede o comportamento do setor por meio de transações das máquinas Get-net, do Santander. Ficou atrás só do Piauí, onde o crescimento foi de 9,9%, e acima da média da região, calculada em 1,3%. No país, ocupou o sétimo lugar, com índice também muito superior à média nacional de 0,2%.

Tiro de largada

Relator da Faroeeste no STJ, o ministro Og Fernandes marcou para próximo dia 9 a primeira audiência de instrução no processo contra quatro desembargadores e três juizes da Bahia acusados de vender sentenças. Na data, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo MPF.

MIRIAM LEITÃO


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Bolsonaro tenta culpar países europeus pelo desmatamento, mas 80% da madeira da Amazônia ficam no Brasil

Erro amazônico de Bolsonaro

Oitenta por cento da madeira que sai da Amazônia é comprada pelo próprio Brasil. Há muitos anos o Imazon vem acompanhando o destino do que é extraído da floresta, e a exportação chegava máximo a 20%. Esse é o primeiro erro, mas não o único, da fala do presidente Bolsonaro ontem na reunião dos Brics. Seu próprio governo é responsável por ter facilitado a exportação de madeira ilegal ao eliminar exigências de verificações portuárias. O trabalho da Polícia Federal de desenvolver tecnologia para identificar a origem da madeira é excelente notícia, mas ela aumenta a responsabilidade do Brasil, ao contrário do que imagina Bolsonaro.

A imensidão amazônica do que o presidente da República desconhece da questão ambiental e climática se vê nas próprias palavras dele. Na frente dos chefes de Estado dos Brics ele exibiu seus complexos de perseguição e suas obsessões:

– Estamos comprometidos no tocante à emissão de carbono, um assunto muito particular do Brasil, tendo em vista os injustificáveis ataques que nós sofremos no tocante à nossa região amazônica.

O Brasil não tem sido atacado. O governo dele é que tem errado completamente na questão ambiental – entre outras áreas – por não ter entendido o tempo presente. Um tempo em que o Brasil só tem a ganhar se proteger o patrimônio ambiental. O que se perde de riqueza para o acúmulo de fortunas de bandidos é uma enormidade.

Na sua fala aos governantes da China, Índia, Rússia e África do Sul, Bolsonaro contou que em breve divulgará os nomes dos países que compram a madeira retirada ilegalmente da floresta. E o fez como quem tem um grande segredo. Disse que assim “estaremos mostrando que esses países, alguns deles que muito nos criticam, em parte têm responsabilidade nessa questão”. A primeira coisa que deveria fazer era se informar.

O pesquisador do Imazon, Beto Veríssimo, explica para onde vai a madeira:

– Desde os anos 1990 nós fizemos três grandes levantamentos do setor madeireiro em um relatório, “acertando o alvo”, que mostra que em torno de 80% da madeira produzida na Amazônia é consumida no mercado nacional. O Brasil é um grande consumidor de madeira tropical e exporta menos de 20% do volume extraído da Amazônia. Exporta para a Europa e os Estados Unidos. Isso não mudou, fica nessa proporção de 80 para 20, até menos, porque Europa e Estados Unidos foram criando mais exigências para verificar a origem da madeira amazônica por suspeita de ilegalidades.

A segunda coisa que deveria entender é que se alguns países importam madeira ilegal é porque

o Brasil está falhando em controlar o que se passa em seu próprio território. Em vez de tentar transferir responsabilidade, o governo deve coibir a ilegalidade. Se houver certificação de origem para toda madeira produzida será possível separar o que é produzido legalmente. Assim, o produto exportado brasileiro poderá ser aceito nos mercados internacionais que estão ficando cada vez mais exigentes. Se há uma nova tecnologia da Polícia Federal capaz de atestar o “DNA” da madeira, como disse o presidente, é boa notícia. Isso dará ferramentas para se controlar o crime aqui dentro.

O ex-presidente Barack Obama na entrevista aos jornalistas Flávia Barbosa e Pedro Bial lamentou que o Brasil deixou de ser

o líder ambiental que já foi. Quem acompanhou reuniões internacionais do clima pode atestar o protagonismo do Brasil e a deferência com que os negociadores brasileiros, diplomatas e autoridades ambientais eram tratados. Esse poder foi perdido no governo Bolsonaro. Na última reunião, o ministro brasileiro andou por lá à deriva, e na delegação foram implantados agentes da Abin.

Com o patrimônio ambiental que tem, com sua matriz energética, o Brasil não tem razão alguma para pedir solidariedade à China, Rússia e Índia quando o assunto for emissão de carbono. Eles são grandes emissores. O Brasil deveria controlar sua principal fonte de emissão, o desmatamento, e liderar os esforços internacionais de combate à mudança climática.

Esse é o caminho racional, o mais inteligente a fazer. Não será seguido na atual administração. Bolsonaro deu mais uma demonstração ontem de que não entende em que mundo está, quais são as vantagens do Brasil, e até o que se passa no país que governa.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,329	R\$ 5,33
Dólar Turismo	R\$ 5,317	R\$ 5,489
Euro turismo	R\$ 6,3349	R\$ 6,3314

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	107.248,63	+0,77%

POUPANÇA

18/11/2020	0,1159%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1045,00

INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,94%	2,37%	3,52%
INPC/IBGE	0,89%	2,95%	4,27%
IGP-M/FGV	2,25%	18,10%	20,92%

DÓLAR EM QUEDA

Cotações Em mais um dia de euforia no mercado financeiro, o dólar fechou no menor valor em dois meses, influenciado pelo cenário internacional e pela indicação de que o Banco Central (BC) pode aumentar as intervenções no câmbio. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,33, com recuo de R\$ 0,107 (-1,97%). Foi a terceira queda consecutiva.

Mínimo pode chegar a R\$ 1.087 em 2021, estima governo

PREVISÃO O salário mínimo de 2021, inicialmente com previsão de aumentar dos atuais R\$ 1.045,00 para R\$ 1.067,00, agora tem nova projeção de reajuste e poderá chegar a R\$ 1.087,84. A mudança ocorreu depois que a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia revisou, ontem, a estimativa de inflação de 2020, elevando o índice de 2,35% para 4,10%. A inflação é medida pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumir que, por sua vez, baseia a correção do salário mínimo anualmente.

O valor do mínimo, no entanto, ainda poderá ser revisado, caso ocorram alterações nas projeções para a inflação deste ano. Ontem, o presidente do Banco Central

O terceiro trimestre vai ser muito importante para determinar a velocidade dessa revisão nas projeções
Roberto Campos Neto
Presidente do BC

Turismo deixou de ganhar R\$ 41,6 bilhões desde fevereiro

EFEITO DO VÍRUS O setor do turismo brasileiro deixou de faturar R\$ 41,6 bilhões desde o início da pandemia de covid-19, considerando os meses de março a setembro. O montante representa uma queda de 44% no faturamento do setor em comparação ao mesmo período do ano passado. Os dados, di-

(BC), Roberto Campos Neto, afirmou que as previsões para a economia brasileira em 2020 e em 2021 poderão ser revistas para melhor, se for confirmado crescimento no terceiro trimestre deste ano.

Campos Neto lembrou que o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) cresceu 9,47% no terceiro trimestre deste ano, na comparação com o segundo trimestre de 2020.

Para o presidente do BC, há indicativo de melhora nas projeções também para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços do país). A melhora pode influenciar resultado de 2021.

O presidente do Banco Central acrescentou também que a inflação observada recentemente é estimulada pelo preço de alimentos e de commodities, produtos primários com cotação pelo mercado internacional.

INDÚSTRIAS DO PAÍS ESPERAM FATURAR MAIS NO ANO QUE VEM

OTIMISMO Em fase de recuperação da atividade após a fase mais aguda da pandemia de covid-19, a indústria espera faturar mais em 2021. O resultado consta de pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentada ontem na abertura do Encontro Nacional da Indústria, realizado de forma virtual neste ano. Segundo o levantamento, 62% das indústrias acreditam que o faturamento subirá no próximo ano. O resultado vem embalado pela recuperação do setor, com as indústrias tendo ao menos retomado os níveis de produção (70%) e de faturamento (69%) na comparação com os números de fevereiro, antes do surto de coronavírus.

vulgados ontem, são da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP).

Em setembro, o faturamento das empresas do setor (R\$ 8,6 bilhões) foi 37,6% menor do que o mesmo mês de 2019 - o que significa uma retração de R\$ 5,2 bi-

lhões no faturamento. Esse é o pior resultado do turismo para setembro desde o início da série histórica, em 2011.

Ainda segundo a Fecomércio-SP, a retração do turismo em setembro foi liderada pelo setor de transporte aéreo, que faturou 64,6% a menos do que no mesmo mês de 2019.

Tribuna

Melhora a previsão de queda do PIB

A despencada da economia brasileira passou de de 4,7% em setembro para os atuais 4,5%

OLIVEIRA – REPÓRTER DA
AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA

O Ministério da Economia espera por uma queda menor na economia este ano. A previsão de recuo do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, passou de 4,7% em setembro para os atuais 4,5%, segundo o boletim MacroFiscal, divulgado hoje (17) pela Secretaria de Política Econômica, em Brasília. Para 2021, a previsão foi mantida em 3,2%.

“Conforme destacado no último boletim, a forte recuperação da indústria e varejo foram confirmadas. As pesquisas mensais do IBGE para estes setores mostraram que o crescimento no terceiro trimestre de 2020 superou a taxa de 20%, apontando que a indústria e o varejo ampliaram os níveis do começo do ano. O setor de serviços também apresentou bom desempenho após a forte retração no segundo trimestre de 2020, no entanto, vale destacar que a produção dos serviços está bem aquém ao nível de fevereiro deste ano”,



RECUPERAÇÃO DA indústria e do varejo foi confirmada pelas últimas pesquisas

disse o governo.

INFLAÇÃO

A projeção de taxa de inflação - medida por meio da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - para 2020 é de 3,13%. Em setembro, a previsão estava em 1,83%. “Novamente, o principal responsável pela

elevação da projeção é o preço dos alimentos. A evolução do IPCA [a inflação oficial do país] ao longo do ano mostra que a taxa acumulada em 12 meses do grupo Alimentação no Domicílio, após atingir um valor mínimo de 5,06% em março, acelerou até alcançar 18,41% em outubro (último dado disponível).

Tribuna

Dólar vai às mínimas do dia e real tem melhoras

A moeda americana teve um dia atípico apresentando queda e melhorando os ativos do país

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O dólar era negociado em queda contra o real ontem, refletindo percepção de investidores de que o Banco Central deixou a porta aberta para oferta líquida de swaps cambiais tradicionais até o fim deste ano.

A moeda dos Estados Unidos acelerou as perdas e bateu mínimas da sessão no fim da manhã, junto com os DIs. Segundo operadores, o mercado reagiu a fluxos que elevavam a liquidez e beneficiavam os ativos brasileiros. O real tinha o melhor desempenho global

nesta sessão.

"O 'overnight' do Brasil foi bom", disse um gestor, citando a sinalização do BC e notícia de que o novo programa social do governo federal que irá substituir o Bolsa Família já está pronto e deve ser lançado no começo de dezembro, conforme dito no fim da segunda-feira pelo ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni. O ministro acrescentou que o programa social tem um orçamento próprio.

Sobre o swap, o BC vendeu o lote integral de 12 mil contratos ofertados nesta terça-feira para rolagem do vencimento 4 de janeiro

de 2021. Em comunicado divulgado na véspera, o BC informou que pretende fazer rolagem total dos ativos vencidos e disse que poderá recalibrar o montante ofertado, conforme as condições de mercado.

Em comunicados anteriores, a autarquia havia se limitado a sinalizar possibilidade de alteração do lote ofertado a cada dia ou aceitação de propostas em montante inferior à oferta.

Desta vez, o BC indicou que "poderá recalibrar o montante ofertado, conforme as condições de mercado", segundo nota na segunda-feira.

"O principal direcionamento dos mercados de câmbio tem a ver com comunicado mais recente do BC, em que (a autarquia) deixou a porta aberta para recalibrar a oferta", explicou à Reuters Alejandro Ortiz, economista da Guide Investimentos.

Segundo ele, essa medida mostra intenção do BC de corrigir disfuncionalidades relacionadas ao ajuste de "overhedge" de grandes bancos, que tem potencial para pressionar a taxa de câmbio, e destacou que a atitude não sugere a influência de temores sobre a saúde fiscal doméstica.

O desmonte do "overhedge" —proteção cambial adicional adotada por bancos e cuja eficiência foi colocada em xeque diante de mudanças, anunciadas neste ano, em regras tributárias— pode implicar compra de mais cerca de 15 bilhões de dólares até o fim do ano, segundo cálculos de algumas instituições financeiras.

No começo de novembro, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Fabio Kanczuk, indicou que a autoridade monetária deveria atuar no final do ano no mercado de câmbio em função de grande fluxo es-

perado no país pela questão do "overhedge" dos bancos.

Às 13:25, o dólar recuava 1,53%, a 5,3565 reais na venda, após oscilar entre 5,3495 reais (-1,66%) e 5,424 reais (-0,29%).

Na B3, o dólar futuro perdia 1,20%, a 5,356 reais.

No exterior, o índice do dólar caía 0,1%, tocando mínimas em uma semana. Moedas emergentes, porém, tinham desempenho misto, em meio à queda nos mercados de ações em Wall Street diante de receios sobre a disparada de casos de Covid-19 nos EUA.

TENSÃO

Cúpula do Brics expõe diferenças e racha entre Brasil e China

LISANDRA PARAGUASSU,
REUTERS

A Cúpula dos Brics, ontem, foi o primeiro encontro, ainda que virtual, do presidente Jair Bolsonaro com o presidente da China, Xi Jinping, depois que o brasileiro envolveu o país e a vacina chinesa Coronavac em sua briga pessoal com o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), e apontou para uma clara divisão no bloco, com direito a críticas veladas de um lado e do outro.

Ao abrir seu discurso com uma fala de improviso, Bolsonaro citou rapidamente que o Brasil estava "em

sintonia" com o restante dos países na busca de uma vacina para a Covid-19 "segura e eficaz", depois de Xi Jinping ter enfatizado o fato de a China ser um dos países que está à frente na pesquisa pelo medicamento e que estaria disposto a distribuí-lo para os demais países do bloco.

Para além das farpas, a fala dos dois presidentes marcou claramente as diferenças que cada vez mais tem afastado China e Brasil, apesar do relacionamento comercial intenso —o país asiático é o principal importador do Brasil— e do próprio Brics —formado por Brasil, China, Rússia, Índia e Afri-

ca do Sul.

Multilateralismo, defesa das instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde e controle do aquecimento global foram alguns dos temas citados pelo presidente chinês que caminham em oposição às posições hoje defendidas pelo Brasil.

"Devemos superar as divisões com a unidade e colocar o máximo esforço para combater o vírus", disse Xi Jinping, acrescentando que a epidemia não pode ser usada para que barreiras sejam criadas.

"A prática de usar a pandemia para perseguir o fim

da globalização prejudica o mundo", afirmou.

Falando antes de Bolsonaro, Xi Jinping ainda defendeu que os países mantenham "propósitos e princípios" da Carta das Nações Unidas e um sistema internacional centrado na ONU para evitar hegemonismos e políticas de disputa de poder.

Do seu lado, Bolsonaro foi em direção oposta. Ao mesmo tempo em que afirmava que o Brasil estava aberto a investidores e ao comércio internacional, defendeu mais uma vez que é preciso defender a democracia e as "prerrogativas soberanas dos países."

"É preciso ressaltar que

a crise mostrou a centralidade das nações para a solução dos problemas que hoje acometem o mundo. Temos que reconhecer a realidade que não foram os organismos internacionais que superaram o desafio, mas sim a coordenação entre os nossos países", afirmou Bolsonaro.

O presidente ainda defendeu a reforma da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Mundial do Comércio

(OMC), dois pontos em que segue a política do presidente norte-americano, Donald Trump. Em julho o republicano enviou uma carta à OMS dizendo que o país estava se retirando da OMS, em um movimento que Bolsonaro ameaçou copiar, mas não levou adiante.

Uma das queixas de Trump, repetidas pelo presidente brasileiro, seria uma suposta influência exagerada da China sobre a organização.

UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

(*)AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2020 - UNEB/CAMPUS I - BB LICITAÇÕES: Nº 845754 - Abertura: 03/12/2020 às 10h00min. (horário de Brasília) - Objeto: Aquisição de Chromebook e Estação de Recarga para Chromebook - Códigos SAEB: 70.10, 70.15. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus

Veículo: Política Livre	Caderno: Bahia
Data: 18/11/2020	



Bahia inaugura Banco de Leite Humano com capacidade para 7 mil atendimentos por ano

bahia

Com a capacidade de realizar 7 mil coletas por ano, o Banco de Leite Humano da Maternidade de Referência José Maria de Magalhães Netto, foi inaugurado nesta terça-feira (17), pelo secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, e pela subsecretária estadual da Saúde, Tereza Paim, como parte das ações de sensibilização ao nascimento prematuro, cujo problema afeta 340 mil bebês todos os anos no Brasil, sendo 21 mil na Bahia.

De acordo com a subsecretária, “neste 17 de novembro, o planeta chama atenção para o Dia Mundial da Prematuridade. Faremos a inauguração de um Banco de Leite Humano em cada uma das nove macrorregiões, pois estes equipamentos são fundamentais no combate à emergência nutricional dos bebês prematuros. Aqui o leite é colhido, pasteurizado, porcionado e entregue aos bebês que estão internados nesta ou em outras maternidades”, explica Tereza Paim.

O secretário Fábio Vilas-Boas explica que o leite materno deve ser o único alimento do bebê até o sexto mês de vida, pois possui todos os nutrientes necessários para o seu crescimento saudável. “Através do leite materno o bebê recebe anticorpos da mãe para proteção contra diarreia e infecções, além de diminuir o risco de alergias, colesterol alto, diabetes e obesidade. O aleitamento materno ainda traz benefícios também para a mãe: reduz os riscos de a mulher desenvolver, no futuro, câncer de mama e ovário, ajuda na perda de peso e acelera a recuperação após o parto, além de aumentar o vínculo afetivo com o filho”, enfatiza o secretário.

Com a inauguração de hoje, a Bahia passa a contar com oito Bancos de Leite Humano, distribuídos nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna. Para as interessadas em doar na Maternidade José Maria de Magalhães Netto, o funcionamento é das 7h às 19 horas, durante todos os dias da semana. A unidade está localizada na Rua Marquês de Marica, s/n, no bairro do Pau Miúdo, em Salvador.

O que é prematuridade

A prematuridade é o nome que se dá a condição do bebê que nasce com menos de 37 semanas de gestação. A classificação pode ser com relação à idade gestacional e ao peso ao nascer. Um bebê é considerado prematuro extremo quando nasce antes de 28 semanas e 0 dia de gestação. Já os que nascem entre 28 semanas e 0 dia a 31 semanas mais 6 dias são considerados pré-termo, enquanto os prematuros moderados são os bebês nascidos entre 32 semanas e 0 dias a 36 semanas mais 6 dias. Existem, ainda, os prematuros tardios que são os bebês nascidos entre 34 semanas e 0 dia a 36 semanas mais 6 dias, sendo esta uma subcategorização do moderado. Quanto ao peso de nascimento, são classificados como recém-nascido de baixo peso quando menores de 2500g ao nascer, de muito baixo peso quando estão abaixo de 1500g ao nascer e de extremo baixo peso inferiores a 1000g ao nascer.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



Alta da inflação deve levar mínimo a R\$ 1.087 e elevar despesas da União em R\$ 7,4 bi em 2021

economia

O avanço da inflação neste ano deve fazer o salário mínimo aumentar além do previsto no ano que vem, para R\$ 1.087,84. A elevação deve expandir em R\$ 7,4 bilhões as despesas da União em 2021.

O Ministério da Economia divulgou nesta terça-feira (17) que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que corrige o mínimo, deve fechar 2020 em 4,1%. O número representa um salto de 1,75 ponto percentual em relação à previsão anterior, feita em setembro (2,35%).

A proposta de Orçamento de 2021 enviada no fim de agosto pelo Executivo ao Congresso prevê um valor mais baixo. O cálculo do governo considerava um aumento de 2,1% do salário mínimo do valor atual (R\$ 1.045), para R\$ 1.067.

Há, portanto, uma diferença de R\$ 20,85 entre a proposta e o reajuste a ser provocado pela nova previsão do INPC. O Ministério da Economia informou em outras ocasiões que cada R\$ 1 de aumento do mínimo provoca um impacto de R\$ 355 milhões aos cofres públicos, em razão de o governo pagar benefícios previdenciários e assistenciais vinculados à remuneração.

Apesar disso, o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) enviado pelo governo ainda nem foi apreciado pelos parlamentares, podendo ser votado somente no ano que vem.

Há cerca de um ano, o governo também teve de aumentar o mínimo além do previsto. Por meio de uma MP (medida provisória), o presidente Jair Bolsonaro elevou o valor de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro.

O valor original correspondia a um reajuste de 4,1%, previsão para o INPC naquele ano. Porém, o valor final do INPC, divulgado posteriormente, acabou fechando o ano com uma alta de 4,48%.

A correção do salário mínimo somente pela inflação é uma política que tem sido defendida pelo ministro Paulo Guedes (Economia). Anteriormente, o cálculo considerava também o crescimento do país registrado dois anos antes.

Guedes afirma que correções maiores estimulam o desemprego em meio à crise. “Você está no meio de uma crise de emprego terrível, todo mundo desempregado. Se você dá um aumento de salário, você vai condenar as pessoas ao desemprego. Então, nós temos que ter cuidado”, afirmou há pouco mais de dois meses.

Guedes afirmou que o aumento virou uma preocupação também por ter se tornado base para reajustes. “Uma pessoa que ganhava R\$ 30 mil, por exemplo, de aposentadoria, quando você mexia no salário mínimo, você tinha que empurrar também toda essa estrutura para cima. Você estimula a desigualdade”, afirmou o ministro.

Recentemente, a equipe econômica ensaiou retirar a correção das aposentadorias para conter despesas e abrir espaço no teto de gastos. Mas o plano foi vetado por Bolsonaro, que ainda ameaçou com cartão vermelho quem no governo propor ideias que retirem dos pobres para dar aos paupérrimos.

No ano passado, o Ministério da Economia ainda ensaiou congelar o reajuste do mínimo, mas a proposta não vingou diante de críticas. A Constituição garante ao trabalhador um salário mínimo “com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo”.

As expectativas oficiais para inflação e PIB (Produto Interno Bruto) foram atualizadas nesta terça pela SPE (Secretaria de Política Econômica), com alta em todos os indicadores de preços. A previsão para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2020 subiu de 1,83% para 3,13%.

Os responsáveis são os preços dos alimentos durante a pandemia, que subiram 18,41% ao longo de 12 meses encerrados em outubro (último dado disponível). O óleo de soja, por exemplo, subiu 85% nesse período. O grupo dos cereais, onde está o arroz, subiu 58%.

Apesar disso, a previsão para o IPCA está dentro da meta, que se encontra em 4% (com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos).

Para 2021, a previsão é que o IPCA suba ainda mais, para 3,23% (em setembro, a previsão era de 2,94%). No ano que vem, a meta de inflação é de 3,75% (também com 1,5 ponto percentual de tolerância).

Nenhum indicador de inflação mostrou tanto aumento na previsão como o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). Baseado nas compras do atacado e sofrendo maior efeito da depreciação cambial, a expectativa subiu de 13% em setembro para 21% agora e já está afetando os demais índices.

Para o PIB, o Ministério diminuiu a previsão de queda em 2020 de 4,7% para 4,5%. A mudança reflete os resultados positivos de indicadores mensais, com destaque para a agricultura e a indicação de uma recuperação em V no comércio.

Ao menos parte do desempenho do comércio foi impulsionado pelo auxílio emergencial, que injetará ao todo R\$ 322 bilhões na economia. Membros de governo e Congresso já chegaram a avaliar a extensão do programa para 2021, o que contraria a agenda da equipe econômica.

Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica, defende a volta da busca pelo equilíbrio fiscal. Segundo ele, que a expansão dos gastos públicos vai fazer a inflação aumentar, a economia se retrair e o desemprego aumentar.

“Se o governo gastar mais do que deve, em vez de a economia crescer ela vai cair. Se o governo gasta mais, aumenta a inflação e o pobre é o mais prejudicado. A consolidação fiscal está alinhada aos melhores interesses da população brasileira, em especial a mais pobre”, disse.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou em outro evento nesta terça que a alta nos preços, especialmente de alimentos, deve ser temporária.

Ele atribuiu a aceleração da inflação ao câmbio, ao auxílio emergencial e ao que chamou de “efeito substituição”. “Como as pessoas não estão gastando com serviços e viagens, há essa poupança circunstancial, o que leva a esse efeito e aumento da alimentação no domicílio”, afirmou em evento virtual da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). “É importante destacar que o BC está olhando [para a inflação] e monitorando”, completou.

Folhapress

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



Secretário de Política Econômica diz que emprego crescerá em 2021

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou hoje (17) que o emprego vai crescer em 2021, puxado pelo setor de serviços. Sachsida destacou que ainda existem R\$ 110 bilhões de recursos a serem injetados na economia por meio do restante de pagamentos do auxílio emergencial e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

“O emprego vai crescer em 2021. Os dados são muito claros: o grosso do desemprego está vindo do setor informal. À medida que o setor de serviços retoma, rapidamente volta a contratar, à medida que o distanciamento social diminui, rapidamente tem a contração de informais”, disse Sachsida, em entrevista coletiva virtual para apresentar o boletim MacroFiscal da secretaria.

Sachsida disse ainda que o governo tem trabalhado para reduzir os custos da contratação formal. De acordo com o secretário, para cada R\$ 1 mil pago em salários, o empregador tem custos de R\$ 1,8 mil. “Quer dizer que o trabalhador recebe pouco, e empresário paga muito. Enquanto sociedade, vamos ter que endereçar essa questão. Há várias frentes para diminuir a burocracia, o custo de contratação no Brasil.”

Ele ressaltou que é preciso fazer escolhas, como dar aos trabalhadores o direito de escolher se querem trabalhar no domingo à noite, por exemplo. “Vamos ter que devolver ao trabalhador o seu inalienável direito de escolher para quem e quando trabalhar. Se ele quer trabalhar, deixa ele em paz”, argumentou.

Recursos na economia

Segundo Sachsida, ainda restam R\$ 45 bilhões de auxílio emergencial a serem pagos, que, somados com recursos ainda não sacados do FGTS, vão gerar R\$ 110 bilhões na economia do país nos próximos meses.

Sachsida disse que o governo precisou gastar mais para enfrentar a pandemia de covid-19, mas ressaltou que a agenda de “consolidação fiscal” não foi abandonada. Ele enfatizou que o governo manterá o teto de gastos, fará privatizações e manterá o “enxugamento” dos bancos públicos. Ele explicou que as privatizações têm um processo lento porque, em uma democracia, é preciso “construir consensos”.

Segunda onda

O secretário afirmou ainda que a possibilidade de uma segunda onda de contaminações pelo novo coronavírus é “baixíssima” no Brasil. “Nossos estudos aqui na SPE [Secretaria de Política Econômica] indicam que a probabilidade de uma segunda onda é muito baixa. Vários estados já atingiram, ou estão próximos de atingir, imunidade de rebanho. Honestamente, acho baixa a probabilidade de segunda onda”, disse. Sachsida citou estudos recentes segundo os quais a “imunidade de rebanho” é alcançada quando 20% da população foi contaminada.

Questionado se o governo tem um plano para o caso de novas medidas de isolamento social, o secretário disse que prefere “não dar respostas concretas a perguntas hipotéticas”, mas destacou que é responsabilidade da secretaria ter sempre um plano de contingência. “Algo concreto é a forma da retomada econômica. Desde outubro, o setor de serviço está cada vez mais forte e vai garantir a tração necessária para a economia”, afirmou.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



União: PPSA estima 1 bilhão de barris de petróleo do pré-sal até 2030

economia

O Brasil deve ter direito, ao longo dos próximos dez anos, a um total acumulado de 1 bilhão de barris de petróleo decorrentes da fatia da União em contratos de partilha da produção assinados para áreas no pré-sal.

A estimativa foi apresentada nesta terça-feira (17) pelo diretor-presidente da estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), Eduardo Gerk, que apontou ainda que o Tesouro poderia levantar aproximadamente 75,3 bilhões de dólares só com a comercialização dessa produção.

Os números sobre as perspectivas futuras da PPSA vêm enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que o governo vai buscar a privatização da empresa. No início do mês, Guedes afirmou que a estatal será incluída em um grupo de companhias a serem desestatizadas até o final de 2021.

A PPSA tem a atribuição de promover a venda dos barris atribuídos à União nos contratos de partilha, sendo que hoje a estatal possui 17 contratos sob sua gestão. Mas os cofres públicos devem se beneficiar ainda mais com esses barris, uma vez que eles poderão gerar 204,4 bilhões de dólares entre 2021 e 2030 se considerada também a arrecadação com royalties e tributos.

As projeções, que constam de estudo divulgado pela PPSA durante evento online da agência EPBR nesta terça-feira, consideram possível arrecadação de 72,4 bilhões de dólares com royalties e 56,7 bilhões de dólares em tributos, fora a receita de venda dos barris.

“O estudo demonstra que a produção média diária dos 17 contratos será crescente, com ascensão significativa a partir de 2025. Em 2030, deverá atingir 3,6 milhões de barris por dia”, afirmou a PPSA em nota.

A produção associada aos contratos de partilha, assinados por vencedores de leilões de áreas no polígono do pré-sal, deve representar cerca de dois terços da produção total no Brasil em 2030, projetou a PPSA, com base em dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que veem a oferta total do Brasil em 2030 em 5,26 milhões de barris por dia.

O desenvolvimento da produção nas áreas contratadas demandará investimentos de 122,7 bilhões de dólares entre 2021 e 2030, acrescentou a PPSA, que estimou pico dos aportes em 2028.

O estudo da estatal projeta que nesse período será necessária a contratação de 24 navios-plataforma (FPSOs), com perfuração de 387 poços.

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



Ministério melhora previsão de queda da economia

economia

O Ministério da Economia espera por uma queda menor na economia este ano. A previsão de recuo do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, passou de 4,7% em setembro para os atuais 4,5%, segundo o boletim MacroFiscal, divulgado hoje (17) pela Secretaria de Política Econômica, em Brasília. Para 2021, a previsão foi mantida em 3,2%.

“Conforme destacado no último boletim, a forte recuperação da indústria e varejo foram confirmadas. As pesquisas mensais do IBGE para estes setores mostraram que o crescimento no terceiro trimestre de 2020 superou a taxa de 20%, apontando que a indústria e o varejo ampliado recuperaram os níveis do começo do ano. O setor de serviços também apresentou bom desempenho após a forte retração no segundo trimestre de 2020, no entanto, vale destacar que a produção dos serviços está bem aquém ao nível de fevereiro deste ano”, disse o governo.

Inflação

A projeção de taxa de inflação – medida por meio da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – para 2020 é de 3,13%. Em setembro, a previsão estava em 1,83%. “Novamente, o principal responsável pela elevação da projeção é o preço dos alimentos. A evolução do IPCA [a inflação oficial do país] ao longo do ano mostra que a taxa acumulada em 12 meses do grupo Alimentação no Domicílio, após atingir um valor mínimo de 5,06% em março, acelerou até alcançar 18,41% em outubro (último dado disponível).

Contudo, o comportamento das demais categorias de produtos continua contribuindo de forma a manter a variação do índice geral dentro do intervalo de tolerância [da meta de inflação para este ano]”, disse.

Atualmente, a meta de inflação é de 4% ao ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 17/11/2020	



Alta no preço de alimentos faz governo elevar projeção de inflação para 2020 e 2021

economia

Em meio à alta registrada nos preços dos alimentos, o governo elevou a previsão de inflação para este ano e para o ano que vem. A expectativa para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2020 subiu de 1,8% para 3,1%.

O Ministério da Economia diz que o principal responsável pela elevação da projeção foi o grupo alimentício, que mostrou elevação durante a pandemia. O governo já cortou tarifas de importação sobre arroz, milho e soja para tentar conter os preços.

A inflação acumulada do IPCA em 12 meses do grupo Alimentação no Domicílio, após atingir um valor mínimo de 5,06% em março, acelerou até alcançar 18,41% em outubro (último dado disponível).

“Contudo, o comportamento das demais categorias de produtos continua contribuindo de forma a manter a variação do índice geral dentro do intervalo de tolerância”, afirma a Secretaria de Política Econômica.

O grupo Alimentação no Domicílio é composto de 16 itens dos quais 4 que mais chamam atenção em termos de impacto de inflação no domicílio em outubro. São eles Cereais, leguminosas e oleaginosas (58,59% de alta acumulada em 12 meses), Tubérculos, raízes e legumes (21,69%); Carnes (36,42%); e Óleos e gorduras (49,61), este último com destaque para Óleo de soja (85,78%).

Por outro lado, diz o Ministério, alimentação fora do domicílio apresentou variação de 4,69%.

Atualmente, a meta de inflação encontra-se em 4% ao ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Folha de S.Paulo

Susep pede devolução de mais de R\$ 1,2 bilhão de gestora do DPVAT

Investigação aponta gastos irregulares com contratos, doações e festas; seguradora diz não tolerar práticas ilícitas

Nicola Pamplona e Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Investigação da Susep (Superintendência de Seguros Privados) detectou ao menos R\$ 1,2 bilhão em supostos gastos irregulares da Seguradora Líder, empresa responsável por gerir o DPVAT, o seguro obrigatório para proprietários de veículos.

Responsável pela fiscalização do setor de seguros, a Susep quer o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos. As supostas irregularidades ocorreram entre 2008 e 2020, e o valor final deverá ser corrigido —considerando o IPCA do fim de cada ano em que os gastos foram feitos, daria mais de R\$ 1,7 bilhão.

A Líder afirmou que não tolera práticas irregulares e que está comprometida em prestar os esclarecimentos.

A investigação aponta gastos com despesas não relacionadas ao DPVAT, sem comprovação de pagamento ou de prestação dos serviços e com sobrepreço ou contratos com concorrência. Em documento assinado no dia 11, o procurador federal Jeziel Pena Lima dá 30 dias para que os recursos sejam devolvidos.

A gestão do DPVAT é alvo também de uma ação do Ministério Público Federal, que pede o bloqueio de R\$ 4,4 bilhões acumulados nas reservas técnicas do seguro. A Procuradoria alega que os recursos são fruto de fraudes para inflar o valor do seguro.

O seguro DPVAT foi tema de uma série de reportagens da Folha que mostraram denúncias de mau uso do dinheiro arrecadado —com a compra de veículos e garrafas de vinho— e de conflitos de interesse e favorecimento de sindicatos de corretores.

As primeiras denúncias de mau gasto foram feitas em relatório da consultoria KPMG,

contratada pela própria Líder para averiguar suas contas após a deflagração da Operação Tempo de Despertar, que investigou um suposto esquema para a concessão de sinistros fraudulentos.

A investigação da Susep considerou os achados do relatório da KPMG e foi além, analisando transações identificadas pela auditoria interna da Líder e por fiscalizações do próprio órgão regulador. E identificou que as supostas irregularidades permanecem na gestão atual, nomeada pelos controladores da companhia após a operação da Polícia Federal.

Ao todo, a fiscalização identificou 2.119 transações suspeitas. Entre elas, por exemplo, estão doações sob influência política, contratação de consultoria com interesse próprio da Líder, pagamento de participações nos lucros, convênios e patrocínios sem evidência de prestação de serviços.

A Susep relata que a ausência de evidência de que os serviços contratados foram efetivamente prestados é passível de ressarcimento porque denota a saída de recursos do sistema DPVAT.

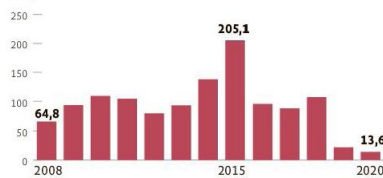
No caso, segundo as investigações, foram identificadas 405 casos em que a falta de evidência da prestação do serviço foi a irregularidade considerada para a proposta de ressarcimento. Tais relatos superam o montante de R\$ 108 milhões.

Entre as despesas, está o patrocínio a projeto de estudos sobre acidentes de trânsito, em atividades que renderam questionamentos próximos a R\$ 10 milhões, além da contratação de escritórios de advocacia e empresas de consultoria no total de R\$ 9,3 milhões.

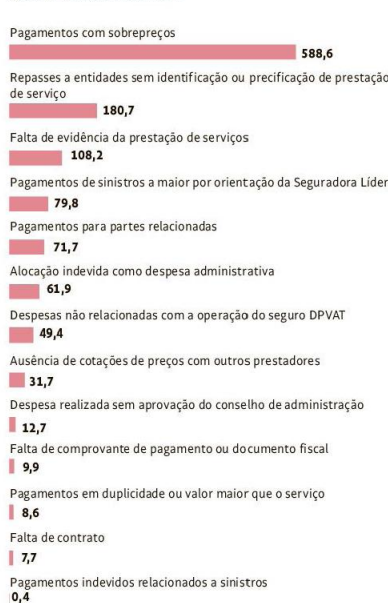
A Susep acusa a empresa de gerar um prejuízo de R\$ 79,8 milhões com o pagamento de sinistros em valores maiores do que os previstos pa-

Conclusões da investigação sobre o DPVAT

Gastos irregulares identificados pela investigação somam R\$ 1,2 bilhão
Em R\$ milhões



Tipo de gastos identificados como irregulares
Valor a ser ressarcido, em R\$ milhões



Fonte: Susep

ra cada caso, sob o argumento de que assim poderia evitar ações judiciais.

O relatório ainda elencou outras despesas não relacionadas com a operação do seguro DPVAT.

Alguns exemplos foram doações de R\$ 300 mil para a reforma de um galpão a pedido de uma empresa privada, R\$ 500 mil a uma entidade assistencial que tinha presidente preso em operação da PF, R\$ 700 mil a entidade vinculada a partido político e R\$ 2 milhões em equipamentos a um órgão público.

Foi apurado um total de R\$ 1,1 bilhão em pagamentos a agências de turismo em serviços que não tinham relação com a operação do seguro e mais R\$ 576 mil em passagens aéreas nos mesmos termos.

Entre os gastos considerados irregulares pela Susep estão também despesas com festas e restaurantes. Em confraternizações de fim de ano de 2012, 2017 e 2018, foram R\$ 788,7 mil. Com apenas um restaurante, outros R\$ 306,6 mil, incluindo bebidas alcoólicas.

Para o Ministério Público Federal, a empresa foi leniente com as fraudes na concessão dos sinistros e maquiou suas finanças para aumentar seus lucros, já que o ganho de seus acionistas é proporcional ao valor arrecadado na venda das apólices.

Responsável pela gestão do DPVAT, a Seguradora Líder é controlada por um consórcio de seguradoras. Neste ano, o grupo experimentou uma debanda inédita, com a saída tanto de grandes seguradoras, como Porto Seguro, Tokio Marine e Mapfre, quanto de subsidiárias de bancos.

As empresas não detalharam o motivo da saída, mas o mercado viu uma estratégia para reduzir os riscos de danos à imagem e de eventuais responsabilizações criminais

caso os processos contra a Líder cheguem a condenações.

No fim de 2019, o governo Jair Bolsonaro tentou extinguir o seguro DPVAT, mas a medida foi revertida no Supremo. Como alternativa, reduziu em 68% o valor das apólices para carros e 86% para motos, alegando que há sobra de recursos no caixa da Líder.

Líder afirma que não tolera irregularidades

OUTRO LADO

A Líder diz que recebeu ofício encaminhado pela Susep no dia 16 e informa que está comprometida com todos os esclarecimentos que se façam necessários sobre a gestão dos recursos do seguro DPVAT.

A seguradora também apontou "que não tolera, em hipótese alguma, quaisquer práticas irregulares ou ilícitas".

Ainda complementou que sua "atual diretoria implementou diversas boas práticas de governança e integridade corporativa para estar sempre aderente às premissas legais e regulatórias do setor, inclusive na relação com seus fornecedores e prestadores de serviços, que devem ser contratados com base em critérios técnicos, imparciais e transparentes".

Segundo a Líder, a maioria das transações financeiras citadas no ofício da Susep refere-se ao entendimento de que os recursos do DPVAT são públicos, contrariando decisão do Tribunal de Contas da União e do poder Judiciário e objeto de contestação da Seguradora Líder em ações judiciais.

Por fim, a seguradora apontou que sua defesa será protocolada no prazo de 30 dias, conforme previsto no ofício enviado pela Susep.

'Acho baixíssima a probabilidade de segunda onda da Covid', afirma secretário de Guedes

Fábio Pupo

BRASÍLIA O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou nesta terça-feira (17) que considera baixíssima a probabilidade de uma nova onda de coronavírus no país. Segundo ele, estudos feitos por sua equipe indicam que a chamada imunidade de rebanho já estaria sendo alcançada no país e, com isso, haveria pouca chance de uma nova escalada da pandemia.

"Vários estados já atingiram ou estão próximos de atingir imunidade de rebanho", disse. "Acho baixíssima a probabilidade de segunda onda. Não apenas isso. Acho que os dados que temos mostram algo concreto, que é a força da retomada econômica", afirmou.

O secretário disse que os estudos consideraram como imunidade de rebanho quando 20% da população ficaria contaminada pelo Sars-CoV-2. Mas esse percentual está longe de ser considerado um consenso na comunidade científica.

O projeto Comprova, coalizão que reúne 28 veículos na checagem de conteúdos, verificou há menos de um mês não haver dados que indiquem que o país já teria alcançado os percentuais necessários para uma proteção coletiva capaz de frear o vírus Sars-CoV-2.

De acordo com a reportagem, a imunidade de rebanho

é um conceito com origem na proteção proporcionada pelas vacinas, e não naturalmente pelas doenças. A partir de um percentual de pessoas imunizadas, outras ainda suscetíveis à doença e que não se vacinaram também ficariam protegidas porque o agente deixaria de circular.

Cientistas ressaltaram ao Comprova que o novo coronavírus ainda demanda estudos antes de se afirmar a existência de uma eventual imunidade de rebanho. "Não dá para dizer isso. Nem para o Brasil, nem para outros países. Essa pandemia é muito misteriosa, e sabemos muito pouco sobre esse vírus", afirmou o epidemiologista Fernando Barros ao responder sobre o tema no mês passado.

Os técnicos do Ministério da Economia enviaram à Folha o estudo que comentaram durante a coletiva. Na verdade, trata-se de um artigo publicado por três integrantes da SPE (Secretaria de Política Econômica) pela UFPEL (Universidade Federal de Pelotas).

O texto foi publicado pela universidade gaúcha para o processo ser mais rápido, já que é uma das poucas instituições cujo programa de pós-graduação aceita esse tipo de artigo (o chamado working paper, em geral não submetido à pares para alterações). Também foi submetido a uma revista científica, mas ainda está sob avaliação.

Entre os autores está Erik Figueiredo, subsecretário de Política Fiscal (professor e pesquisador da Universidade Federal da Paraíba que trabalha cedido ao Ministério). Os outros são Demerson André Polli, assessor da SPE, e Bernardo Borba de Andrade, coordenador-geral de Política Fiscal.

O texto afirma que 2% da população brasileira está infectada com Covid-19, conforme apontam indicadores oficiais como a Pnad-Covid (pesquisa conduzida pelo IBGE). Mas diz que os casos estão subnotificados, por fatores como o número limitado de testes, resultados de falsos negativos ou a simples não testagem de assintomáticos.

Segundo o artigo, estima-se que a taxa de infecção nacional estaria, na verdade, em torno de 10,8%, podendo chegar a 16,6%. E que essa taxa varia conforme o estado, de 5,8% (no Rio Grande do Sul) a 30% (em Roraima).

O estudo não chega a dizer que o país está próximo da imunidade de rebanho, por reconhecer que está em aberto qual seria o percentual da imunidade coletiva.

"Se admitirmos que a imunidade coletiva só é atingida em limiares altos (em geral acima de 50%) obtidos como a fórmula padrão, o Brasil ainda estaria longe de tal imunidade. Se o limiar estiver mais próximo dos valores propostos por [au-

tor Ricardo] Aguas, digamos em 20%, então a conclusão seria que boa parte do Brasil já estaria próxima da imunidade coletiva", afirma o texto.

Lemann diz que país pode ter alcançado imunidade coletiva

SÃO PAULO O Brasil é um dos países que foram menos disciplinados no enfrentamento da pandemia, mas os números sobre a Covid-19 têm melhorado e é possível que o país tenha desenvolvido algum tipo de imunidade de rebanho, afirmou nesta terça (17) o investidor Jorge Paulo Lemann, fundador do fundo 3G Capital.

À TV Bloomberg Lemann disse que ainda é cedo para saber qual país adotou a melhor estratégia na área de saúde para enfrentar a pandemia, mas que aqueles que, como o Brasil, deixaram as coisas mais soltas estão se saindo pior que os mais disciplinados.

Quando lhe foi perguntado sobre como avalia a forma como os países lidaram com a pandemia, afirmou que Alemanha, China e Coreia do Sul trataram a questão de forma muito organizada, com muitos testes e disciplina, enquanto outros deixaram as coisas mais soltas, como Suécia e Brasil.

"O sistema brasileiro é mais difícil de ser disciplinado. Você tem muitas favelas aqui. Você tem muitas pessoas. É mais difícil testá-las. É mais difícil dizer que não podem sair na rua. Muitos dependem de sair para trabalhar."

Relatório sobre apagão sai em dez dias, diz Aneel

BRASÍLIA A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) espera finalizar em dez dias o relatório sobre as causas do apagão que atinge o estado do Amapá há duas semanas. Em seguida, promete aplicar punições aos responsáveis.

As informações foram passadas pelo diretor-geral da agência, André Pepitone da Nóbrega, durante audiência na comissão mista do Congresso que acompanha as ações de enfrentamento à Covid, na manhã desta terça-feira (17).

O incêndio em uma subestação, no dia 3, deixou 90% da população do Amapá sem fornecimento de energia. A maior parte do estado ainda enfrenta os transtornos do apagão.

"Vamos atuar com todo rigor e responsabilidade, buscando a responsabilidade dos atores envolvidos. Não vamos apurar somente a causa da falta do serviço de energia no Amapá e apresentar as medidas corretivas, mas também vamos apurar responsabilidades e aplicar punições. Entendemos que essa situação é completamente inaceitável", disse Nóbrega.

A subestação é operada pela LTME (Linha de Macapá Transmissora de Energia) —da qual a empresa privada Gemini Energy detém 85% de participação na linha.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. Mateus Bonomi - 24.jul.20 / Folhapress



mercado

PAINEL S.A. **Ricardo Balthazar** (interino)
paineisa@grupofolha.com.br

Água mole

Empresários interessados nas oportunidades criadas pelo novo marco regulatório do setor de saneamento básico estão pressionando congressistas para que acabem com a indefinição em torno das novas regras ainda neste ano. A legislação foi aprovada em junho pelo Congresso, mas foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro com vetos, que ainda precisam ser analisados pelo Legislativo. O tema entrou e saiu da pauta do Congresso duas vezes nos últimos meses.

ARQUIBANCADA A expectativa de que o assunto seria resolvido nesta semana, após o primeiro turno das eleições municipais, foi frustrada por novo adiamento. "Parecia final de campeonato quando aprovaram a lei, mas depois parou tudo", diz Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

ESPERE A VEZ Os empresários querem que os vetos sejam mantidos, principalmente o que elimina a possibilidade de renovação dos contratos de empresas estaduais de saneamento com os municípios que atendem, que poderia atrasar a entrada do setor privado nesses lugares, mas há resistências no Congresso.

NO FORNO Decretos que regulamentam o novo modelo, com critérios para afastar do setor empresas sem capacidade financeira para realizar os investimentos e normas para organização de consórcios de municípios estão prontos, mas ainda não foram publicados por causa da indefinição.

CETICISMO Executivos de indústrias do Sudeste e do Nordeste estão mais pessimistas com as possibilidades de recuperação da economia brasileira do que os de outras regiões, aponta levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto FSB Pesquisa com 509 empresas.

APOSTAS No Norte, no Centro-Oeste e no Sul, 51% preveem expansão nos próximos três meses. O otimismo é menor no Sudeste (33%) e no Nordeste (32%). As expectativas para o próximo ano são positivas para 50% no Sudeste e no Nordeste. Há mais otimismo no Sul (65%), no Norte (62%) e no Centro-Oeste (62%).

POUSO O Grupo CB, do empresário Michael Klein, está negociando a venda de uma parte das operações da Icon Táxi Aéreo para uma empresa do setor. As partes discutem um memorando de entendimentos para dar andamento à transação, segundo a Icon. O grupo de Klein afirmou que ele pretende reduzir sua atuação na aviação executiva para avaliar novas oportunidades de negócios.

NOVO ROUND Integrantes da Organização Mundial do Comércio retomam nesta sexta-feira (20) a discussão de uma resolução que busca relaxar obrigações do tratado internacional que protege as patentes de medicamentos, para evitar que ele dificulte o acesso às vacinas em desenvolvimento contra a Covid-19.

CAMISA TROCADA A iniciativa é liderada pela África do Sul e pela Índia e conta com o apoio de nações em desenvolvimento. Os Estados Unidos e países europeus são contra. O Brasil, que no passado criticou o tratado para garantir acesso a medicamentos para portadores do vírus da Aids, desta vez se alinhou com os países mais ricos na organização.

CARAVANA A distribuidora de energia EDP vai aderir nesta sexta à Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero, articulada pelo Instituto Ethos. Entre os compromissos assumidos estão garantir que 50% de suas contratações sejam de membros de minorias e 50% dos estagiários sejam negros até 2022.

PORTAS ABERTAS Atualmente, mulheres, negros, pessoas LGBT e profissionais com mais de 50 anos de idade compõem 42% do quadro de funcionários. Segundo a empresa, seu programa de estágios contou neste ano com 25% de participação de negros.

COR IMPORTA Estatísticas do IBGE, compiladas pela Fundação Seade, mostram que a subutilização da força de trabalho no estado de São Paulo aumentou mais entre os negros durante a pandemia do coronavírus. A taxa, incluindo de ocupados e os que trabalham menos horas do que gostariam, atingiu 29,9% entre os negros e 22,6% entre os brancos.

PROCURA-SE O relaxamento da quarentena fez a contratação de profissionais para a área de eventos crescer 17% em outubro no aplicativo GetNinjas, em comparação com o mês anterior. As maiores altas foram para cantores (37%) e churrasqueiros (33%). O ritmo de pedidos no setor, porém, ainda é 28% menor do que o registrado no mesmo mês do ano passado.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência outubro*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Ate R\$	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de outubro vence em 20.nov para empresas; para pessoas físicas, vence em 16.nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	230,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 11.nov. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Inflação deve levar mínimo a R\$ 1.088 e elevar despesas da União em R\$ 7,4 bilhões

Disparada nos preços faz dobrar previsão de reajuste do salário em 2021 em relação à proposta do Orçamento enviada em agosto

Fábio Pupo

BRASÍLIA O avanço da inflação em 2020 deve fazer o salário mínimo aumentar além do previsto no ano que vem, para R\$ 1.087,84. A elevação deve expandir em R\$ 7,4 bilhões as despesas da União em 2021. O Ministério da Economia divulgou nesta terça-feira (17) que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que corrige o mínimo, deve fechar 2020 em 4,1%. O número representa um salto de 1,75 ponto percentual em relação à previsão anterior, feita em setembro (2,35%).

A proposta de Orçamento de 2021 enviada no fim de agosto pelo Executivo ao Congresso prevê um valor mais baixo. O cálculo do governo considerava um aumento de 2,4% do salário mínimo do valor atual (R\$ 1.045), para R\$ 1.067.

Há, portanto, uma diferença de R\$ 20,85 entre a proposta e o reajuste a ser provocado pela nova previsão do INPC. O Ministério da Economia informou em outras ocasiões que cada R\$ 1 de aumento do mínimo provoca um impacto de R\$ 355 milhões aos cofres públicos, em razão de o governo pagar benefícios previdenciários e assistenciais vinculados à remuneração.

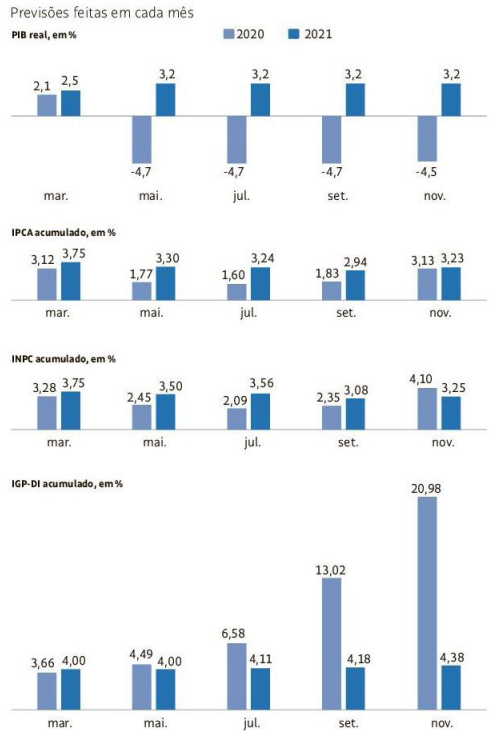
Apesar disso, o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) enviado pelo governo ainda nem foi apreciado pelos parlamentares, podendo ser votado somente no ano que vem. Há cerca de um ano, o governo também teve de aumentar o mínimo além do previsto. Por meio de uma MP (medida provisória), o presidente Jair Bolsonaro elevou o valor de R\$ 1.239 para R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro.

O valor original correspondia a um reajuste de 4,1%, previsão para o INPC naquele ano. Porém, o valor final do INPC, divulgado posteriormente, acabou fechando o ano com uma alta de 4,48%.

A correção do salário mínimo somente pela inflação é uma política que tem sido defendida pelo ministro Paulo Guedes (Economia). Anteriormente, o cálculo considerava também o crescimento do país registrado dois anos antes.

Guedes afirma que correções maiores estimulam o desemprego em meio à crise. "Você está no meio de uma

Revisões dos indicadores econômicos



Fonte: Secretaria de Política Econômica

4,1% seria o reajuste do salário mínimo em 2021, com base na mais recente projeção da Secretaria de Política Econômica para o INPC deste ano

crise de emprego terrível, todo o mundo desempregado. Se você dá um aumento de salário, você vai condenar as pessoas ao desemprego. Então, nós temos que ter cuidado", afirmou há pouco mais de dois meses.

As expectativas oficiais para inflação e PIB (Produto Interno Bruto) foram atualizadas nesta terça pela SPE (Secretaria de Política Econômica), com alta em todos os indicadores de preços. A previsão para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2020 subiu de 1,83% para 3,13%.

Os responsáveis são os preços dos alimentos durante

a pandemia, que subiram 18,41% ao longo de 12 meses encerrados em outubro (último dado disponível).

O óleo de soja, por exemplo, subiu 85% nesse período. O grupo dos cereais, no qual está o arroz, subiu 58%. Apesar disso, a previsão para o IPCA está dentro da meta, que se encontra em 4% (com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos).

Para 2021, a previsão é que o IPCA suba ainda mais, para 3,23% (em setembro, a previsão era de 2,94%). No ano que vem, a meta de inflação é de 3,75% (também com 1,5 ponto percentual de tolerância).

Trabalhador com corte de salário e jornada tem direito ao 13º integral, diz Economia

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO As empresas que ainda estiverem aplicando a redução de jornada e salário em dezembro deverão calcular o valor do 13º de seus funcionários sobre a remuneração integral.

Para quem decidir parcelar esse pagamento, o primeiro depósito deve ser feito até o dia 30 de novembro.

O Ministério da Economia informou nesta terça-feira (17) que produziu nota técnica com parâmetros para o cálculo do abono de Natal.

Como a legislação prevê que a gratificação tenha como referência o salário do mês de dezembro, havia dúvida quanto ao cálculo do 13º dos trabalhadores que ainda estão com as reduções permitidas pela

BOLSA FAMÍLIA COMEÇA A RECEBER 8º PARCELA DO AUXÍLIO
Beneficiários do Bolsa Família começaram a receber, nesta terça-feira (17), a oitava parcela do auxílio emergencial do governo federal. Esse foi o primeiro grupo a receber essa nova etapa de pagamentos.

medida provisória 936, depois convertida na lei 14.020.

"Os trabalhadores com jornadas de trabalho reduzidas no âmbito do benefício emergencial devem ter as referidas parcelas pagas com base na remuneração integral. Essa regra deve ser observada, especialmente, nos casos em que os trabalhadores estiverem praticando jornada reduzida no mês de dezembro", afirma a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

A nota diz também os períodos de suspensão de contrato não devem ser computados no cálculo do 13º. O entendimento vale também para a contagem do direito a férias. A exceção, segundo o Ministério, é para casos em que o empregado trabalhou mais de 15 di-

as em um determinado mês.

Nesse caso, a regra favorece o empregado. Se um funcionário trabalhou por 16 dias em abril, por exemplo, e desde então ficou como contratado suspenso, a empresa deverá calcular o 13º sobre os três meses inteiros em que ele trabalhou e mais os dias em abril.

O cálculo da gratificação vinha colocando em alerta os departamentos jurídico e contábil das empresas. Entidades como Abrasel (associação dos restaurantes) e Sindilhojas (sindicato dos lojistas de São Paulo) já discutiram orientações aos associados quanto ao que considerasse cálculo.

Como a Folha mostrou, havia preocupação de que o cálculo do abono acabasse sendo judicializado.

Pix ajudará indústria de fintechs, diz presidente do Mercado Livre

Líder do e-commerce na América Latina recebe licença do BC e busca se firmar como instituição financeira no Brasil

ENTREVISTA MARCOS GALPERIN

Nelson de Sá

SÃO PAULO Pioneiro e líder do comércio eletrônico na América Latina, o Mercado Livre busca agora se firmar como fintech, empresa voltada à inovação tecnológica em finanças. Em entrevista, seu fundador e presidente, o argentino Marcos Galperin, 49, comemora a licença que acaba de receber do Banco Central para atuar como instituição financeira também no Brasil. Demorou quatro anos, mas saiu. "Metade da população na América Latina não tem acesso a serviços financeiros", diz. "A oportunidade aí é muito grande."

O Mercado Livre acabou de anunciar números recorde para o terceiro trimestre, em volume de vendas, em usuários e também em volume de financiamento pelo Mercado Pago. A pandemia acelerou uma mudança já esperada? Sim. A pandemia adiantou o tempo, acho que em três ou cinco anos, dependendo do país, mas o varejo online já vinha crescendo forte por 20 anos. Nós lançamos [o Mercado Livre] em 1999 e, historicamente, nossas taxas de crescimento eram de 30% a 40%. No princípio deste ano, a penetração do varejo online estava perto de 5% na América Latina, e acho que vamos finalizar o ano perto de 10%. Seria a porcentagem que alcançariamos talvez em cinco anos. O mesmo aconteceu na Europa e nos EUA, onde a porcentagem de varejo online era de aproximadamente 15% e agora está em 30%. A América Latina, mesmo após a pandemia, terá uma penetração de varejo online menor que China, EUA ou Europa.

Quem são os novos usuários? Muitas pessoas que não tinham histórico comprando online, tipicamente com mais de 50, 60 anos. Elas gostaram da independência que o varejo online dá. Não ter que enfrentar riscos de saúde e poder comprar o que quiser sem depender de ninguém. Também aquelas pessoas que já tinham feito compras online

conosco, mas passaram a fazer muito mais. Tínhamos feito grandes investimentos em construir uma rede logística, e, mesmo com a greve dos Correios no Brasil, pudemos dar uma resposta a esse crescimento na demanda.

As ações do Mercado Livre e de outras empresas de tecnologia caíram na semana passada, por causa de um anúncio da vacina. O fim da pandemia ainda pode derrubar o crescimento do setor? O Mercado Livre tem um plano para quando acabar a pandemia? Sim, o plano é similar ao que tínhamos antes da pandemia. Nós achamos que o varejo online ainda é pequeno na América Latina. Vai ter muitas décadas de crescimento acima de 20%, 30%.

E as demandas dos compradores novos são cada vez maiores. Entregas rápidas, entregas gratuitas, melhores preços, melhores parcelamentos, financiamento, maior diversidade de produtos, maior segurança etc. etc. Temos que

continuar investindo muito, em tecnologia e em logística.

Qual é a visão que o sr. tem do mercado brasileiro, para justificar os investimentos recentes em aviões e centros de distribuição? É, de longe, o mercado mais sofisticado do varejo online da América Latina. É o maior, mas também o mais sofisticado. O que tem mais concorrentes, o que tem mais diversidade de plataformas. Mesmo assim, continua sendo um mercado ainda pequeno, para o que vai ser daqui a dez anos.

Achamos que o Brasil será muito similar ao que é hoje o mercado norte-americano. Por isso é importante oferecer envios gratuitos, envios no mesmo dia ou em 24 horas, à maior quantidade de usuários. Hoje, 75% das entregas de nossos centros de armazenamento e distribuição ocorrem em menos de 48 horas. Essa porcentagem é bem mais baixa do que dois anos atrás e um ano atrás.

Está prevista a privatização dos Correios no ano que vem. Existe algum interesse do Mercado Livre em parte, pelo menos, dessa privatização? Nós trabalhamos com os Correios faz muito, muito tempo. Acho que somos, faz dez anos possivelmente, o maior cliente dos Correios. E achamos que é importante que os Correios façam mais investimentos e melhorarem os seus tempos de entrega. Mas estamos construindo a nossa própria rede logística. Achamos que vamos continuar trabalhando muito com os Correios, no futuro, por muitos anos mais, mas com uma dependência bem mais baixa da que tivemos no passado.

Como o sr. vê a presença cada vez maior de gigantes de comércio eletrônico como Amazon e Alibaba, no Brasil? Achamos que a concorrência vai aumentar nos próximos anos, sem dúvida. Temos muita concorrência, faz tempo. Tivemos todo tipo de concorrente, muda o nome, as estratégias etc. Então, tentamos jogar nosso próprio jogo, sem olhar demais.

Até que ponto o Mercado Pa-



Diego Battiste/Divulgação

Marcos Galperin, 49

nasceu em 1971, em Buenos Aires, onde estudou no Colegio San Andrés. Graduou-se em 1994 na escola de administração Wharton, da Universidade da Pensilvânia (EUA). Trabalhou por três anos na petroleira argentina YPF, dirigindo a área de mercado de capitais. Após fazer MBA em Stanford (EUA), criou em agosto de 1999 a plataforma de comércio eletrônico Mercado Libre, que chegou ao Brasil dois meses depois, como Mercado Livre

go representou um salto para o Mercado Livre? Ele foi inicialmente pensado para as pessoas que comprassem um produto que não haviam olhado, tocado, de um vendedor que não conheciam. Para que se sentissem cómodas fazendo pagamento. E funcionou bem. Abrimos o Mercado Pago para outros sites, o que também foi bem-sucedido.

Mas não parou aí. Nós começamos a ver que havia muita possibilidade de oferecer serviços financeiros. Metade da população na América Latina não tem acesso a eles. Podemos, por exemplo, oferecer crédito. Notamos que tínhamos a possibilidade de analisar o comportamento de milhões de usuários online e oferecer a eles um crédito mesmo se que tivessem a documentação formal que comprovasse suas vendas.

Vocês acabam de receber uma licença do Banco Central. O Brasil outorgou a licença de instituição financeira para nós, o que possibilita dar créditos diretamente ao consu-

midor. Antes tínhamos que fazê-lo através de um banco. Agora podemos fazer diretamente.

Em vídeo recente com o presidente do PayPal, Daniel Schulman, o sr. diz que uma das missões do Mercado Livre é eliminar o dinheiro físico na América Latina, mas deve demorar décadas. Por que não pode ser como na China, onde o processo já está avançado? Bem, a China é um ecossistema completamente diferente, em que a penetração do cartão de crédito era bem mais baixa, para começar. E depois houve duas plataformas, do Alibaba e do WeChat, muito grandes, permitindo rapidamente os pagamentos digitais. E o governo apoiou fortemente essa iniciativa das empresas.

Mas a situação na América Latina é outra. Dito isso, acho que no Brasil o lançamento do Pix é um acontecimento muito positivo para o crescimento dos pagamentos digitais.

Uma das críticas constantes ao Brasil e a outros países da

região é que o ambiente regulatório e fiscal é desfavorável à iniciativa privada. O sr. vê avanços, especificamente no Brasil? O Brasil tem um marco fiscal complexo, sem dúvida. A nível federal e também estadual. Mas eu vejo iniciativas como a do Pix, que acho moderna, que vai ajudar no crescimento da indústria de fintech. E nós acabamos de ter a aprovação. Sim, foi um processo longo, de quatro anos desde que começamos, mas agora tivemos a aprovação da instituição financeira.

Poderia haver melhoras, mas é uma indústria completamente nova, e todo o mundo está tentando entender qual é a melhor maneira de regular, de não regular, de fomentar que haja mais concorrência, de assegurar que os consumidores tenham as melhores soluções etc. E distintos países estão aprovando fórmulas distintas. Ainda não está claro qual é a melhor.

Helio Beltrão
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

A Moderninha já vem com PagBank, o banco completo e grátis

ACEITA NFC

Moderninhas a partir de **R\$ 4,90**

Sem Aluguel

0% DE TAXA

REDE MASTERCARD

Baixe grátis já

Rende o dobro da poupança (170% do CDI)

TUDO na APP é GRÁTIS

TEDs ilimitados grátis

Vem com cartão internacional grátis

PEÇA JÁ
PAGSEGURO.COM.BR
4003-6624

Recebimento na hora em até 1 hora na Conta PagBank, para vendas chip e senha ou NFC desde 1º/5/2019. Em transações digitais, recebimento em 30 dias, e demais formas em 7 dias. Os novos clientes que solicitarem as maquininhas do PagSeguro terão taxa de 0% no débito ou crédito à vista nos 3 primeiros meses ou até R\$ 1,5 mil em vendas. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br. Após essa promoção, terão 1,99% de taxa no débito durante 12 meses e 4,99% no crédito à vista. Depois desse período, as taxas serão 2,39% no débito e 4,99% no crédito à vista. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br/tauxadobito. Cartão internacional condicionado à abertura da Conta Digital, sujeita à análise cadastral (consulte condições em pagbank.com.br). O CDB (Certificado de Depósito Bancário) é uma aplicação de renda fixa com baixo risco, emitido pelo Banco Seguro S.A., com Garantia FGC (Fundo Garantidor de Créditos) até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. Veja condições das aplicações e cartinhas em http://pagseguro.com.br/conta-digital/aplicar-novo-dinheiro. Disponível apenas para o app PagBank (abertura da conta - sujeita à análise cadastral pelo PagSeguro).

Veículo: O Globo	
Data: 18/11/2020	

O GLOBO

Com inflação mais alta, salário mínimo em 2021 deve ser de R\$ 1.088

Valor é mais alto que o previsto porque preços de alimentos impulsionaram INPC, que reajusta piso nacional. Impacto extra nas contas públicas será de R\$ 7,4 bi

Marcello Corrêa

17/11/2020 - 13:20 / Atualizado em 17/11/2020 - 14:15



Notas de real: salário mínimo precisa ser reajustado pela inflação Foto: Arquivo

[Newsletters](#)

BRASÍLIA - A [revisão da projeção de inflação](#) anunciada nesta terça-feira pelo governo deve fazer com que o salário mínimo em 2021 seja de R\$ 1.088, valor R\$ 21 superior ao anteriormente previsto no Orçamento.

Em agosto, o Ministério da Economia divulgou uma previsão orçamentária na qual previa que o piso nacional fosse reajustado em 2,09%, equivalente à projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) naquela ocasião. Assim, o salário mínimo subiria dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.067 no ano que vem.

Com a [alta nos preços dos alimentos](#), essa previsão para o INPC aumentou. O Boletim Macrofiscal divulgado pela pasta nesta terça

estima que o indicador fechará o ano em 4,1%. Com isso, o piso subiria para R\$ 1.087,84 — arredondado para cima, R\$ 1.088.

Sem política de salário mínimo

O novo cálculo deve ser contemplado pelas leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA), que ainda não foram votadas no Congresso.

Apesar de um aumento em relação à previsão anterior, o trabalhador ainda não terá alta real do salário mínimo em 2021, já que apenas a inflação será repostada pelo reajuste.

Isso ocorre porque o Brasil deixou de ter uma política de valorização do salário mínimo. Esse mecanismo vigorou no país entre 2011 e 2018 e previa que o piso nacional fosse reajustado pela inflação, acrescido da variação do Produto Interno Bruto (PIB) registrada dois anos antes.

Desde 2019, no entanto, o governo tem buscado manter o reajuste do salário mínimo indexado apenas pela inflação, como prevê a Constituição. A medida é uma forma de evitar o crescimento de gastos públicos.

Impacto fiscal de R\$ 7,4 bi

A alta acima do previsto no Orçamento deve significar um gasto extra para o governo, já que o valor serve de base para benefícios previdenciários e assistenciais.

Segundo cálculos da equipe econômica, a cada R\$ 1 de aumento do mínimo, há um crescimento da despesa pública de R\$ 355 milhões.

Um salário R\$ 21 maior que o inicialmente planejado, portanto, representaria um custo extra de R\$ 7,4 bilhões para os cofres públicos.

A nova projeção será um desafio adicional para o governo cumprir o teto de gastos no ano que vem.

A regra constitucional impede que as despesas públicas cresçam mais que a inflação medida até junho do ano anterior. Nesse ano, esse índice foi de 2,13%, bem menor que a nova projeção.

Como o Orçamento foi elaborado no limite do teto, a expectativa é que o governo necessariamente corte alguma despesa para não desrespeitar a regra.

Saques superam entradas no FGTS em quase R\$ 11 bi de janeiro a julho

Arrecadação líquida negativa deste ano em grande parte se deve às medidas emergenciais da pandemia

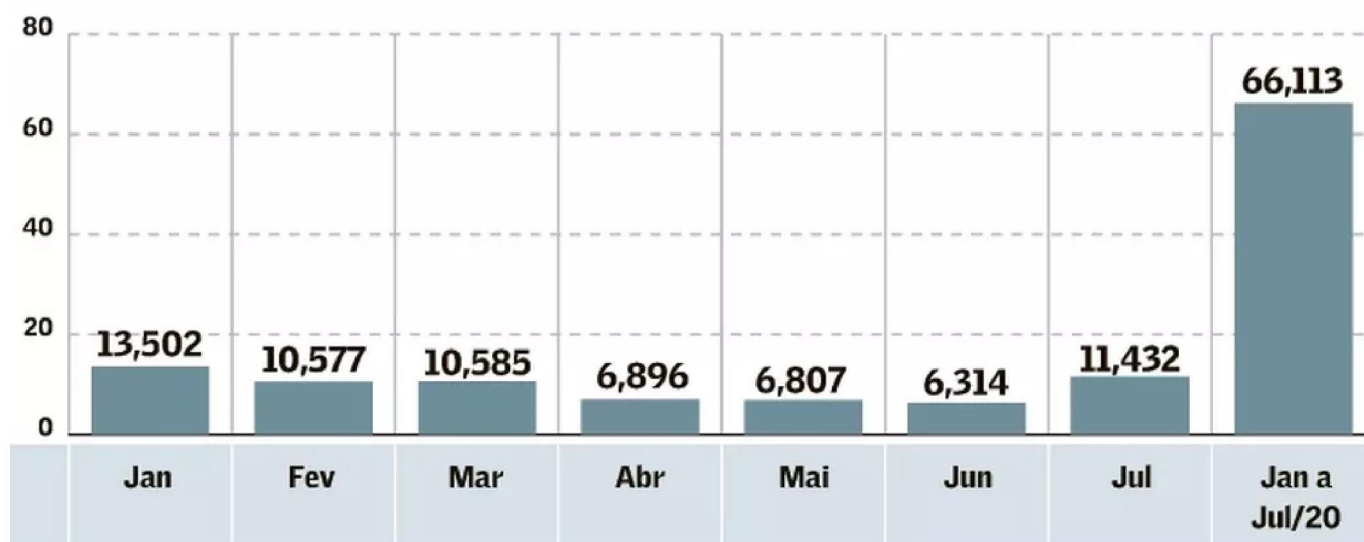
Por Edna Simão — De Brasília

18/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

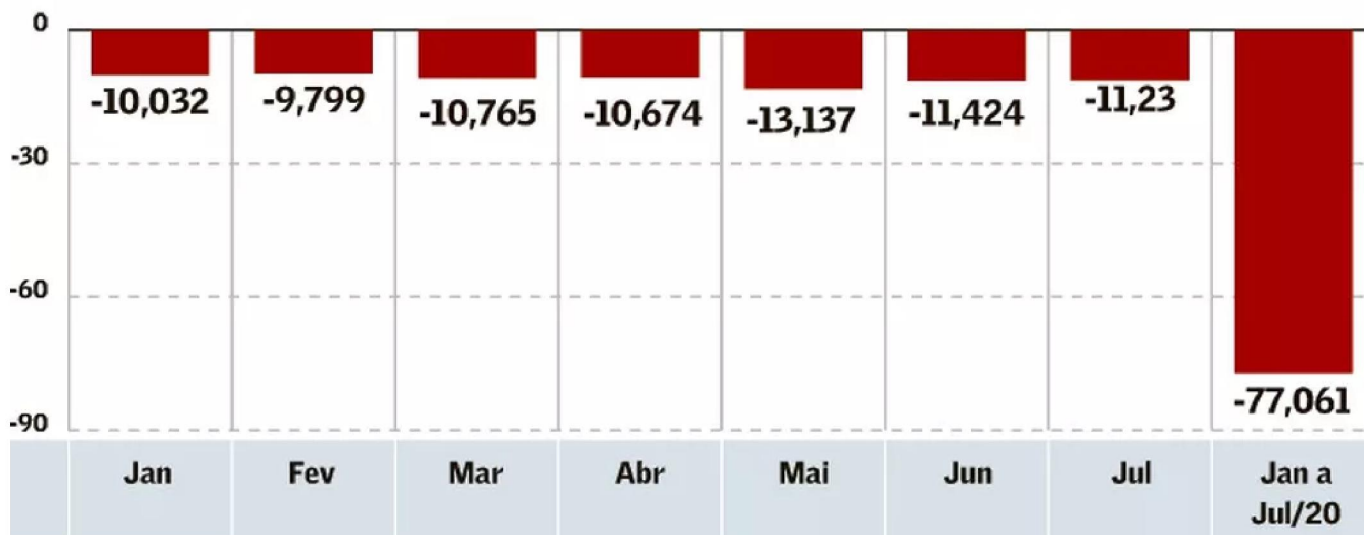
Sangria de recursos

Até julho, saque no FGTS supera receita em R\$ 10,948 bi

Arrecadação Bruta



Saque





Fonte: Site do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

As medidas adotadas pelo governo para estimular a economia, como o saque emergencial ou ainda na data de aniversário, serviram para impedir a queda mais abrupta do PIB neste ano, mas fizeram com que as retiradas do Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) superassem a arrecadação bruta em R\$ 10,948 bilhões no período de janeiro a julho. As informações são do site do fundo.

O valor pode parecer pouco se comparado ao ativo total do FGTS, que era de R\$ 511,865 bilhões em julho, mas o grosso desse montante já está comprometido com empréstimos de longo prazo. Em julho de 2019, a arrecadação líquida (diferença entre a arrecadação bruta e os saques) foi positiva em R\$ 1,801 bilhão. Mas, no fechamento de 2019, o “rombo” chegou à marca de R\$ 34,210 bilhões. A última vez que o fundo havia registrado saques maiores que arrecadação foi em 1999, quando a saída foi de R\$ 215,937 milhões.

Segundo informações do Ministério da Economia, a arrecadação líquida do FGTS (receita de contribuições menos os saques) no primeiro semestre de 2020 foi fortemente impactada pelo ápice dos efeitos da pandemia sobre a economia (por volta de abril) e por medidas adotadas para o enfrentamento desses efeitos, como a medida provisória que postergou, para o segundo semestre, a arrecadação de contribuições com vencimento em abril, maio e junho; e a que autorizou a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários.

“As medidas de enfrentamento foram pontuais e temporárias, tendo seus efeitos gradualmente reduzidos ou compensados ao longo do segundo semestre, de modo que não se espera resultados semelhantes aos verificados entre janeiro e julho de 2020 no restante do ano”, diz o ministério. “Ao contrário, é esperada uma recuperação da arrecadação do FGTS nos meses subsequentes com o recolhimento das contribuições diferidas e a sinalização de retomada da atividade econômica e reaquecimento do mercado de trabalho.” A arrecadação bruta já começou a dar sinais de recuperação em julho ao somar R\$ 11,432 bilhões (havia sido R\$ 6,314 bilhões em junho).

Para o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sérgio Takemoto, as medidas de impacto de curto prazo trazem preocupação com a sustentabilidade do fundo no longo prazo, o que pode reduzir os investimentos em áreas como habitação, saneamento e infraestrutura urbana. Takemoto disse que vem dialogando com parlamentares para impedir a aprovação de novas possibilidades de saque do FGTS.

“Estão desvirtuando totalmente as finalidades. O fundo está sendo usado como fonte de recursos para programas emergenciais, programas que não preparam o país para a saída da crise”, frisou. As medidas, disse, não geram emprego nem fortalecem o fundo.

Para ele, o governo tem sempre recorrido ao fundo, citando o saque emergencial, como um tipo de paliativo um “voo de galinha” para a crise, em vez de pensar em medidas que realmente ajude na retomada sustentável da economia.

Para a representante da CNI no conselho curador do FGTS, Henriqueta Arantes, as medidas tiveram efeito positivo, mas o FGTS capitalizado tem condições de realizar mais investimentos e, dessa forma, gerar emprego. “Os saques autorizados movimentam a economia, mas tiram dinheiro do investimento que geraria empregos formais”, frisou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Sua mangueira mais forte do que nunca!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

39 Famosos que acreditam que Deus não existe ou não possuem uma religião
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agride seus tímpanos.
SMART OPENEAR

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

Vantagem de Biden na Pensilvânia é maior do que número de votos contestados por Trump

VALOR INVESTE

Aeris fecha em alta de 17,1% em dia de estreia na B3

Mais do Valor Econômico

Ações da Boeing sobem na expectativa de aval para retomada do 737 Max

Órgão regulador da aviação dos EUA pode dar autorização para voos do modelo



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília (UnB), trabalha no Valor desde a sua fundação.

A nova onda

Enfrentamento da pandemia agora será muito mais difícil

18/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Impactos na dívida pública

Elasticidade a variações de indicadores no mês de setembro

■ Em R\$ bilhões e pontos percentuais (p.p) de PIB

	Dívida Líquida do Setor Público*		Dívida Bruta do Governo Geral**	
	R\$ bi	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bi	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,8	-0,18	7,7	0,11
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-36,1	-0,50	-34,6	-0,48
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	10,3	0,14	10,3	0,14

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Abate do total da dívida ativos como as reservas cambiais. ** Contempla as dívidas dos governos federal, estaduais e municipais.

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DDBG/PIB, conforme o caso. 2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e redução de preços. 3/ Variação mantida por doze meses

A segunda onda da pandemia no Brasil já é uma realidade. Em São Paulo, segundo revelou a esta coluna o secretário de Fazenda do governo estadual, Henrique Meirelles, o número de internações nas redes hospitalares pública e privada em São Paulo cresceu 18% neste mês. Isso já caracteriza uma retomada forte do contágio da população pelo novo coronavírus. Aparentemente, a faixa da população mais afetada tem sido as classes A e B, mas não surpreenderá ninguém se, em breve, as estatísticas mostrarem o aparecimento massivo de casos de covid-19 também entre as camadas menos favorecidas da população.

O que é ruim para os Estados Unidos, onde a segunda onda da pandemia tem feito a nação mais rica do planeta bater recordes seguidos de novos casos por dia e mortes, não deveria sê-lo para o Brasil, o vice-campeão no desonroso torneio de quem dá mais vexame nesta crise sanitária. Meirelles afiança que São Paulo adotou os mais rigorosos protocolos de segurança do país, antes de autorizar o relaxamento do isolamento social, especialmente, para as empresas interessadas em voltar o mais rapidamente possível às atividades normais, o que inclui o trabalho presencial.

A nova onda, pelo menos em São Paulo, estaria sendo provocada pelo comportamento das pessoas fora do trabalho, ou seja, na vida privada. De fato, depois de conviver _ e respeitar, em sua maioria _ as restrições impostas pelo isolamento social, paulistanos voltaram às ruas para celebrar a vida. O motivo é justificável, uma vez que o novo coronavírus tem se mostrado muito mais perigoso do que se dizia no início da pandemia e infectar-se ou não é jogar na loteria, mas o fato é que aglomerações, em locais abertos e fechados, são vistas em todos os lugares e não apenas nos bairros boêmios da capital paulista.

O resultado será trágico tanto em número de perdas de vidas quanto em seus impactos na economia brasileira, que passa por situação muito delicada, o que significa que o espaço para minorar os efeitos econômicos de uma nova onda da crise sanitária é diminuto. A pandemia chegou ao país no momento em que a situação das contas públicas começava a melhorar, mas ainda estava muito longe de dobrar o Cabo da Boa Esperança.

Operando com déficits primários (receitas menos despesas, excluído o gasto com juros da dívida pública) desde 2014, o setor público consolidado (União, Estados e municípios) obrigou o Tesouro Nacional a ir ao mercado endividar-se, via emissão de títulos públicos, para poder pagar as contas. Quando gerava superávits no conceito primário, o setor público usava os recursos para honrar os juros da dívida e, se possível, reduzir seu estoque.

O controle da evolução da dívida não é uma abstração. É um expediente que, levado a sério, melhora com o tempo a vida de todos os brasileiros. Senão, vejamos: quanto menor é a dívida de um governo, menor é sua despesa com os juros dessa dívidas e menor também é o seu custo de rolagem (ver tabela). Isso faz com que sobre mais dinheiro no orçamento para o Estado usar no que realmente interessa, numa democracia cujo regime econômico é o livre-mercado: igualar oportunidades por meio de políticas afirmativas que procurem compensar as distorções sociais provocadas pelo racismo, da oferta de ensino fundamental público de qualidade e de saúde universal.

O Brasil quebrou em 1982, nos anos seguintes centralizou o câmbio, aplicou calotes no pagamento das dívidas externa e interna, tornando-se um pária no mercado de crédito internacional. Só recebia dinheiro de instituições multilaterais de crédito e olhe lá. Sucessivos governos depois, sendo que cada um deu sua contribuição para melhorar a situação fiscal, obteve, em 2008, o grau de investimento (o equivalente ao selo de bom pagador) das agências de classificação de risco.

Antes de obter o grau de investimento em maio de 2008, registre-se, o país concluiu a renegociação da dívida externa durante o governo Itamar Franco (1992-1994), promoveu também a federalização das dívidas dos Estados em 1997 na gestão Fernando Henrique Cardoso _ uma medida crucial para a consolidação das contas do setor público e, por que não dizer, para o fechamento de uma das principais fontes inflacionárias da economia brasileira _ e, no governo Lula, antecipou a quitação da dívida do país com o Fundo Monetário Internacional.

Aquele momento teve uma carga simbólica, embora muitos não tenham prestado atenção, até porque, justiça seja feita, o tsunami da crise mundial deflagrada pouco menos de um ano antes nos Estados Unidos já se avistava no horizonte. Mas o fato é que foi justamente a disciplina fiscal dos anos anteriores, consagrada no grau de investimento obtido em maio de 2008, que deu ao Brasil as condições de enfrentar bem aquela que é considerada a maior crise da história do capitalismo. O país sofreu uma recessão técnica (dois trimestres consecutivos de PIB negativo) e, por causa do espaço para adotar estímulos fiscais, saiu da crise rapidamente e, no ano seguinte, expandiu-se à taxa de 7,5%, a mais alta em 24 anos.

Tudo isso virou pó em apenas sete anos. De 2008 a 2015, o gasto corrente da União cresceu 50% acima da variação da inflação no período, enquanto as receitas avançaram 17%. O descompasso provocou a explosão da dívida. Desde então, as contas não saíram mais do vermelho. Com a pandemia e a justificável necessidade de o governo conceder estímulos fiscais para ajudar pelo menos uma parte das empresas afetadas pela crise e dar meios de sobrevivência a um universo de 67 milhões de brasileiros em situação vulnerável, a dívida chegou, em setembro, ao equivalente a 90% do PIB.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Governo vê queda menor do PIB e inflação mais alta

Elevação de preços é localizada e transitória, diz ministério

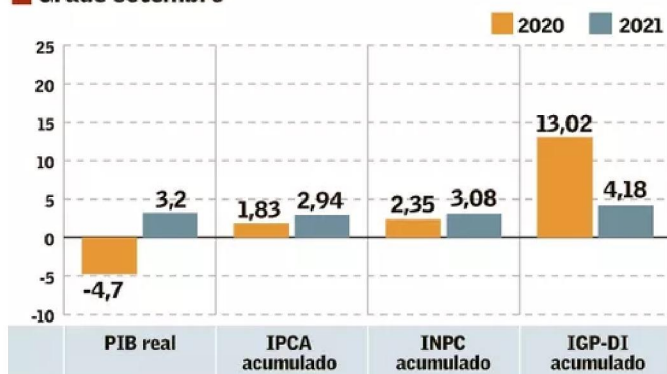
Por Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

18/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

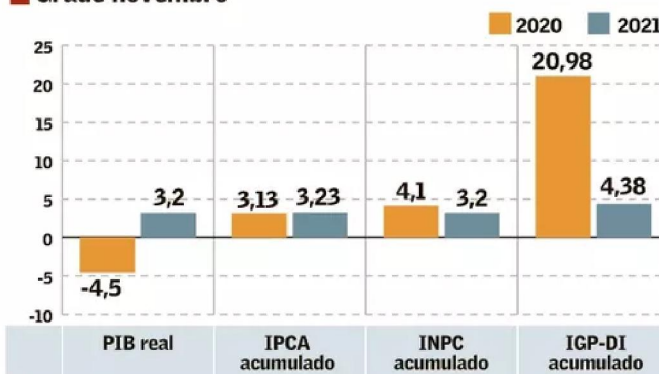
Novas projeções

As estimativas do Ministério da Economia para o PIB e para a inflação – em %

Grade setembro



Grade novembro



Fonte: Ministério da Economia

O governo melhorou ligeiramente sua projeção para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, vislumbrando uma recuperação mais forte da economia. A previsão de queda, antes de 4,7%, passou para 4,5%. Na visão do secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, os dados indicam uma retomada em “V” e, ainda, uma baixa possibilidade de segunda onda de covid-19 no país. Segundo ele, vários Estados já atingiram a chamada “imunidade de rebanho”.

Na nova versão do Boletim Macrofiscal, divulgada ontem, o Ministério da Economia melhorou sua expectativa para o PIB do ano pela primeira vez desde o início da pandemia. Atualmente, analistas de mercado esperam uma queda de 4,66%, segundo o boletim Focus do Banco Central (BC). A pasta manteve, ainda, sua projeção de crescimento para 2021 em 3,2%.

Com a pressão causada pelo preço dos alimentos, foram expressivas as alterações nas previsões para inflação. Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a SPE espera alta acumulada de 3,13% em 2020, ante o 1,83% previsto em setembro. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que corrige o salário mínimo, deverá ficar em 4,10% neste ano, ante os 2,35% projetados antes.

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), por sua vez, deverá fechar o ano em 20,98%, ante 13,02%. Em entrevista, técnicos do ministério enfatizaram o que vem sendo defendido pelo ministro Paulo Guedes: que a alta nos preços é localizada e transitória.

Sachsida frisou que as perspectivas de retomada são positivas e o país precisa retomar a agenda de reformas. Para o terceiro trimestre, a pasta espera queda do PIB de 3,9% em relação ao mesmo período de 2019 e alta de 8,3% sobre o segundo trimestre.

Sobre a possibilidade de uma segunda onda de covid-19 e os efeitos de um aumento do isolamento sobre a economia, disse que a chance de isso ocorrer é “baixa” porque, pelos cálculos da secretaria, vários Estados já atingiram ou estão próximos de atingir a chamada “imunidade de rebanho”, estratégia descartada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Questionado sobre o estudo, que considera um percentual de infecção de 20% para imunidade de rebanho, Sachsida afirmou que não cabe à sua área dar “palpite” sobre política de saúde, mas tem o “dever institucional” de checar indicadores econômicos, considerando variáveis que os afetam. Segundo ele, a equipe não recebe nem envia nenhuma informação ao Ministério da Saúde.

Sobre os estímulos à retomada, disse que, considerando parcelas a serem pagas e poupadas do auxílio emergencial e o saque emergencial do FGTS, R\$ 110 bilhões podem ser injetados na economia. “Isso nos dá convicção de que a economia fechará 2020 com tração e entrará bem em 2021.” O emprego crescerá no próximo ano devido à recuperação do setor de serviços e queda do isolamento, acrescentou.

Sobre a possibilidade de o governo moderar o ajuste fiscal no início de 2021 pelo desemprego e persistência da covid-19, disse que, com base nos dados, hoje é seguro seguir com a estratégia de consolidação fiscal. As chances de avanço da agenda fiscal são “excelentes”, mas são discussões que levam tempo, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Todo site com presentes

NESPRESSO

LINK PATROCINADO

Homem descobre clipe anti ronco simples e vira febre no Brasil

AIRSLEEP BRASIL

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agride seus tímpanos.

SMART OPENEAR

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

39 Famosos que acreditam que Deus não existe ou não possuem uma religião

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Sua mangueira mais forte do que nunca!

DESCONTALIA

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

‘Andamos tanto para o outro lado que agora é hora de puxar para o lado direito’, diz Guedes

VALOR INVESTE

Bradesco é criticado no Twitter por demitir funcionários mesmo tendo lucro

Risco fiscal elevado pode reverter melhora de condições financeiras

Sem uma solução satisfatória para o impasse das contas públicas, condições financeiras continuarão apertadas, diz Luana Miranda, do Ibre/FGV

Por **Sergio Lamucci** — De São Paulo

18/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

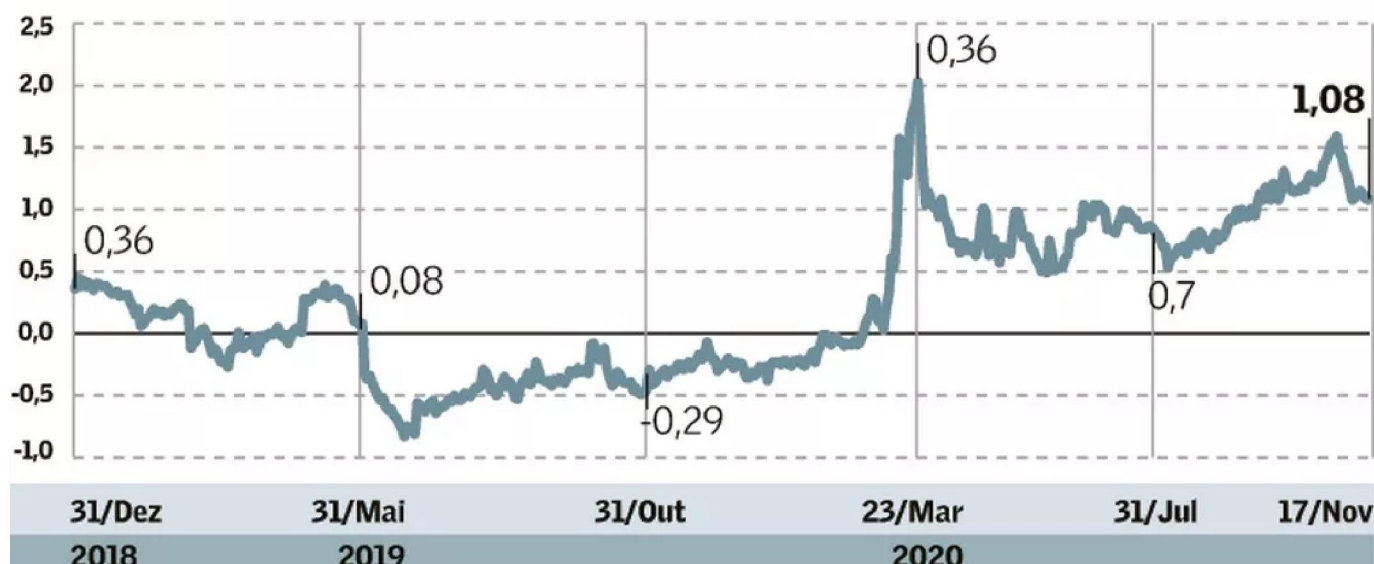


As recentes notícias favoráveis no cenário externo abriram espaço para um alívio das condições financeiras da economia brasileira neste mês. Com o anúncio da eficácia elevada em testes de duas vacinas contra a covid-19 e a vitória de Joe Biden na eleição americana, o dólar caiu, o Índice Bovespa teve alta forte, o risco país cedeu e os juros de prazo mais longo estão um pouco mais baixos. Nesse cenário, o Índice de Condições Financeiras (ICF) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) caiu 32% desde 30 de outubro, considerando os níveis da manhã de ontem.

Esse movimento é obviamente positivo, mas pode durar pouco, adverte a economista Luana Miranda, pesquisadora do Ibre/FGV. "Apesar do alívio no curto prazo, promovido pelo ambiente externo relativamente mais favorável para emergentes, os desafios domésticos persistem e, na ausência de uma resolução para o dilema fiscal, os ganhos recentes poderão ser rapidamente revertidos", afirma ela. Além disso, mesmo com a queda superior a 30% neste mês, o índice continua em terreno contracionista. Luana nota que, quanto mais tempo "as condições as condições financeiras permanecerem em patamar de aperto, mais difícil será a retomada da economia e do emprego". Esse é um grande risco para o cenário de crescimento de 2021, que o Ibre/FGV estima em 3,5%.

Alívio recente

Evolução do Índice de Condições Financeiras



O ICF do Ibre/FGV combina um grupo de vários indicadores, em categorias como preços (câmbio, commodities e preços de petróleo), bolsas (nacionais e internacionais), confiança (índices de confiança e de incerteza) e risco, (como o CDS, uma espécie de seguro contra calotes) e a diferença entre juros de prazos mais longos e os de prazos mais curtos, além das próprias condições financeiras internacionais.

“Valores negativos do índice apontam condições financeiras em terreno expansionista e valores positivos em terreno contracionista quando comparado com a média histórica”, explica Luana. Ela observa que, “ao longo de todo o segundo semestre de 2019, as condições financeiras estavam em terreno favorável à recuperação econômica, mas desde o início da pandemia esse cenário mudou e desde então não retornaram ao patamar de afrouxamento”. Na manhã de ontem, ele estava em 1,09; há um ano, em -0,3. A partir de agosto, a tendência do indicador piorou significativamente, ou seja, as condições financeiras ficaram mais apertadas, diz ela. Neste mês, houve um alívio. Esse tipo de índice busca avaliar de modo mais amplo o ambiente financeiro e, em consequência, as condições mais gerais para o crescimento da economia.

Luana diz que o anúncio de vacinas com elevada eficácia e a vitória de Biden foram os principais fatores que causaram o alívio das condições financeiras. O dólar, que estava em R\$ 5,74 no fim de outubro, fechou ontem em R\$ 5,33, o Ibovespa subiu com força, o CDS de cinco anos teve recuo expressivo e os juros de prazos mais longos estão um pouco menores, afirma Luana.

Mesmo com essa melhora, o indicador precisa cair mais de 50% para voltar ao nível do começo de agosto - um patamar que ainda era contracionista. Foi a partir do começo daquele mês que as preocupações em relação ao cenário fiscal se intensificaram, diz Luana.

Como as incertezas em relação às contas públicas aumentaram desde então, houve forte aumento dos juros de prazos mais longos, turbulência no segmento das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs, papéis pós-fixados) e forte desvalorização do real, lembra ela. Mesmo com o alívio recente, os ativos brasileiros ainda precisam ter uma melhora expressiva para o indicador do Ibre/FGV voltar ao terreno expansionista.

“O recente otimismo no ambiente externo não será suficiente para reverter a trajetória contracionista das condições financeiras nacionais de forma sustentável, na ausência de um plano para manutenção do teto dos gastos e estabilização da trajetória da dívida pública”, afirma ela. “Em suma, sem uma solução satisfatória para o impasse fiscal as condições financeiras continuarão apertadas, deixando de produzir estímulo para a recuperação econômica ao longo dos próximos anos”, escreve Luana, em post para o Blog do Ibre.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agride seus tímpanos.

SMART OPENEAR

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

39 Famosos que acreditam que Deus não existe ou não possuem uma religião

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Sua mangueira mais forte do que nunca!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Araba hoje! Rav-Ran com 50% de desconto

Corte do auxílio emergencial já leva a aumento da pobreza

É insensato retirar a rede de proteção em momento em que a economia ainda patinae

18/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

No momento em que se discute o futuro do auxílio emergencial, estudo do pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), Daniel Duque, dá a dimensão eloquente do impacto positivo do benefício, que não só ajudou a tirar a economia do abismo em que mergulhou, como também teve o efeito poderoso de reduzir a pobreza para o menor patamar em nada menos do que 40 anos. A redução do auxílio dos R\$ 600 iniciais para os R\$ 300 atuais já está pondo a perder parte dessa conquista. A eventual extinção pura e simples do benefício, sem nada que beneficie ao menos parte da população vulnerável, em um ambiente de emprego ainda escasso e educação insatisfatória, representaria uma séria volta atrás.

O levantamento de Daniel Duque mostrou que a concessão do auxílio emergencial levou a pobreza, em agosto, para a menor taxa desde a década de 1980. A faixa da população na extrema pobreza, que vivia com menos de US\$ 1,9 por dia, de acordo com a definição do Banco Mundial, caiu para 2,3%, o equivalente a 4,8 milhões de pessoas. Os números são praticamente metade dos registrados em maio, um dos momentos mais agudos da crise, quando 4,2% da população viviam em extrema pobreza, ou 8,8 milhões de pessoas.

Já o segmento considerado pobre, com renda diária inferior a US\$ 5,5 também pelo parâmetro do Banco Mundial, era de 18,4% da população, ou 38,9 milhões de pessoas em agosto, bem abaixo dos 23,7% de maio, ou 50 milhões de pessoas.

A pobreza voltou infelizmente a aumentar agora em setembro, com o corte do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300. A taxa da extrema pobreza subiu para 2,5% da população, englobando 5,2 milhões de pessoas, ou 400 mil a mais do que no mês anterior. Enquanto a faixa vivendo na pobreza aumentou para 19,4% da população, equivalente a 41,1 milhões de pessoas, ou nada menos do que 2,2 milhões a mais - a população de Manaus ou quase uma Belo Horizonte.

Os indicadores foram calculados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A deterioração dos índices deve piorar nas contas de outubro em diante uma vez que, em setembro, algumas pessoas ainda receberam o auxílio emergencial mais elevado. Em entrevista, o pesquisador Daniel Duque disse que a situação dos mais pobres será na prática ainda pior em consequência do aumento da inflação, que vem atingindo principalmente os alimentos.

Apesar de as pesquisas brasileiras a respeito do tema terem variações de metodologia e abrangência ao longo do tempo, o Ibre/FGV avalia que o pagamento do auxílio emergencial reduziu a miséria da população em agosto ao menor nível desde o início da década de 1980. A área rural da região Norte não era bem coberta e o levantamento passou a ser realmente nacional em 2004. Até então, o melhor momento havia sido em 2014, quando a população em extrema pobreza representava 4,5% do total ou pouco mais de 9 milhões de pessoas, e viviam abaixo da linha da pobreza 22,8%, ou 46,2 milhões.

Depois disso, dois anos de recessão no fim do governo da presidente de Dilma Rousseff deterioraram o quadro, levando a extrema pobreza a afligir 13,3 milhões de pessoas ou 6,5% da população, e a pobreza, 52,2 milhões, ou 25,5% em 2016, para então começar uma lenta recuperação. Depois disso, a taxa da extrema pobreza ficou estável em 6,5%, mas como a população aumentou, mais pessoas caíram na armadilha. Assim, o total de extremamente pobres era de 13,7 milhões em 2019 ou 400 mil a mais do que em 2016. Já os pobres recuaram para 24,7% em 2019, mas somavam 52,1 milhões de pessoas, apenas ligeiramente abaixo do número de 2016.

Compreensivelmente é impossível manter para sempre o auxílio emergencial com a abrangência e o calibre iniciais até por conta da frágil situação fiscal. Mas também não se pode ignorar o impacto positivo do benefício da retomada do nível de atividade. É igualmente insensato retirar a rede de proteção em momento em que a economia ainda patina e o mercado de trabalho custa a reagir. Dados mais recentes da Pnad Contínua de agosto mostram uma taxa de desemprego de 14,4% no trimestre encerrado em agosto, bem acima dos 11,7% do fim de 2019. A perspectiva é que vai aumentar ainda mais, antes de diminuir. Assim, uma solução para a situação demanda uma atuação em várias frentes, incluindo a educação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Homem descobre clipe anti ronco simples e vira febre no Brasil

AIRSLEEP BRASIL

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agride seus tímpanos.

SMART OPENEAR

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

39 Famosos que acreditam que Deus não existe ou não possuem uma religião

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Sua mangueira mais forte do que nunca!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto

ÓCULOS NOW

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

Mercado brasileiro de resinas já superou níveis anteriores à pandemia, diz Braskem

VALOR INVESTE

Problema na apuração foi exclusivamente no TSE, e não nos TREs, diz Barroso